



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Edital

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Nº 004/2024

CONTRATANTE (UASG):

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ (985609);

PROC. ADM.: 2465/2024;

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 941528/2023;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 412.782,37 (quatrocentos e doze mil e setecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos);

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 26 de setembro de 2024, às 13 horas (horário de Brasília);

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço;

MODO DE DISPUTA:

Aberto

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES

UASG 985609

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

(Processo Administrativo nº **2465/2024**)

ID CidadES TCE/ES nº **2024.008E0700001.01.0011**

Torna-se público que o (a) **MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES**, com sede administrativa na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES, CNPJ nº 27.165.604/0001-44, por meio do Setor de Compras, Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA Nº 004/2024**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente Edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços abaixo, onde também poderão ser obtidos maiores informações, esclarecimento de dúvidas, envio de impugnações, recursos etc, em dias úteis, de segunda à quinta, das 12h às 18h, e às sextas, das 12h às 16h:

E-mail: licitacao@apiaca.es.gov.br;

Tel.: (28) 3557.1300;

Facebook: [licitacaoapiaca](#);

Portal da Transparência: <https://apiaca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34>;

Site: <https://site.apiaca.es.gov.br/licitacoes>.

Local da Licitação: **Ambiente eletrônico/virtual do ComprasGov**;

UASG: **985609 - Prefeitura Municipal de Apiacá-ES**;

Endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br, "Acesso Identificado"**;

1 - DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é o (a) **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 941528/2023**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 **A LICITAÇÃO SERÁ REALIZADA EM ÚNICO ITEM.**

1.3 **IMPORTANTE:** As especificações técnicas dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (Relação de Itens) geralmente são obtidas a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editáveis, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tais especificações não corresponderem às descrições do Termo de Referência / Memorial Descritivo, prevalecerão as que constem nestes.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

Adm. 2021/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1 NA PRESENTE LICITAÇÃO, A FASE DE HABILITAÇÃO SUCEDERÁ AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor global;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar sua responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação / Comissão e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação / Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA FECHADO E ABERTO**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação / Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Sector de Compras, Licitações e Contratos

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Agente de Contratação / Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação / Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação / Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação



realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2 empresas brasileiras;

5.21.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação / Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4 O Agente de Contratação / Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5 É facultado ao Agente de Contratação / Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação / Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição



de participação.

6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.5 deste edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;

6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1 Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, PODERÁ SER SUBSTITUÍDA PELO REGISTRO CADASTRAL NO SICAF.

7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido pela Administração.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4 SERÁ VERIFICADO SE O LICITANTE APRESENTOU DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E O DECLARANTE RESPONDERÁ PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



7.5 SERÁ VERIFICADO SE O LICITANTE APRESENTOU NO SISTEMA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, A DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6 O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

7.7 CONSIDERANDO QUE NA PRESENTE CONTRATAÇÃO A AVALIAÇÃO PRÉVIA DO LOCAL DE EXECUÇÃO É IMPRESCINDÍVEL PARA O CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DO OBJETO A SER CONTRATADO, O LICITANTE DEVE ATESTAR, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, QUE CONHECE O LOCAL E AS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO, ASSEGURADO A ELE O DIREITO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA.

7.7.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail com confirmação, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.7.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.8 A HABILITAÇÃO SERÁ VERIFICADA POR MEIO DO SICAF, NOS DOCUMENTOS POR ELE ABRANGIDOS.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.11 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.17.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresa individual, **INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS**;
- b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO EM VIGOR**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO NO CASO DE SOCIEDADES CIVIS**, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

7.17.2 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de **INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA** – CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- b) Prova de **REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL**, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c) Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte.
- d) Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.
- e) Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- f) Prova de **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, que será verificada



“on-line” pela COMISSÃO na data de entrega da documentação de habilitação.

7.17.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) **DECLARAÇÃO** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- a.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- b) **REGISTRO OU INSCRIÇÃO** da empresa na entidade profissional competente. (CREA ou CAU), em plena validade
- c) **APRESENTAÇÃO DO (S) PROFISSIONAL (IS)** devidamente registrado (s) no conselho profissional competente (CREA ou CAU), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.
- d) O (s) profissional (is) indicado (s) na forma supra deverá (ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- e) **COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- f) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

f.1 Pisos de Quadras de Esportes;

f.2 Pinturas epóxis de Quadra de Esportes; e

f.3 Alambrado para quadra Poliesportiva.

- g) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- g.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- g.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.17.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO** relativo aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:
- I) Termo de Abertura;
 - II) Termo de Encerramento;
 - III) Balanço Patrimonial;
 - IV) Demonstração de Resultado do Exercício;
 - V) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas “a” e “b” acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b) A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos



documentos apresentados no item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

b.1) Será habilitada a empresa que apresentar:

- I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

b.2) As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados.

I - Para os consórcios, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem b.2, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido ao licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 20% (vinte por cento).

II - O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definida em lei.

b.3) O exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de MAIO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

b.4) Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

b.5) Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

b.6) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.



- c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.18 OS LICITANTES QUE INVOCAREM A CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA FINS DE EXERCÍCIO DE QUAISQUER DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, assim como na Lei Municipal nº 736/2007, e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

7.18.1 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

7.18.2 - Caso a licitante seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, poderá apresentar, em substituição à Certidão expedida pela Junta Comercial, o **COMPROVANTE DE OPÇÃO OBTIDO NO SITE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, no seguinte endereço eletrônico:
<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>;

8 - DO CONTRATO:

8.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega da via original no Setor de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, em até 03 (três) dias após o seu recebimento.

8.3 Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

8.4 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9.1 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – 080001.2781200181.014 – Construção, Reforma e Conservação de Quadras Poliesportivas e Espaços Esportivos – Ficha 00284 – Fonte de Recurso 170100000005.

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10 - DOS RECURSOS:

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **15 (quinze) minutos**.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através dos contatos informados no início do presente edital.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

11.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

11.2.1 - advertência;



11.2.2 - multa;

11.2.3 - impedimento de licitar e contratar;

11.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A sanção prevista no item 11.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5 A sanção prevista no item 11.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1.

11.6 A sanção prevista no item 11.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7 A sanção prevista no item 11.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8 A sanção estabelecida no item 11.2.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

11.9 As sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 11.2.2.

11.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11 A aplicação das sanções previstas no item 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12 Na aplicação da sanção prevista no item 11.2.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.13 A aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.14 Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.15 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.16 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.17 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.13;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.18 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.19 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.20 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

11.20.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

11.21 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

11.21.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.22 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.22.1 A sanção pelas infrações previstas nos itens 11.1.8 e 11.1.12, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.23 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.23.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, a multa será de 0,5% a 2% do valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.23.2 Para a infração prevista no item 11.1.3, a multa será de 2% a 5% do valor do contrato;

11.23.3 Para as infrações previstas nos itens 11.1.2, 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10 e 11.1.11, a multa será de 5% a 20% do valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.23.4 Para a infração prevista no item 11.1.12, a multa será de 20% a 30% do valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.24 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.25 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.26 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.27 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.28 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.29 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.30 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.31 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



11.32 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.33 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios informados no início deste Edital.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços do preâmbulo do Edital.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO V – Planilha Orçamentária

ANEXO VI – Memorial Descritivo

ANEXO VII – Cronograma Físico-financeiro

ANEXO VIII – Composição de Custos

ANEXO IX – Memorial de Cálculo

Apiacá-ES, 04 de setembro de 2024.



FABRÍCIO GOMES THEBALDI

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

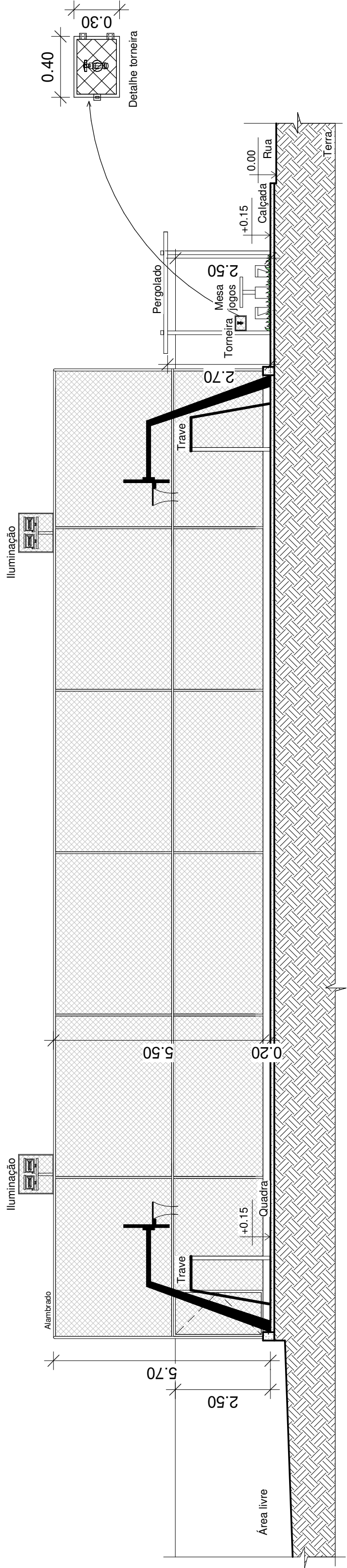


EDITAL

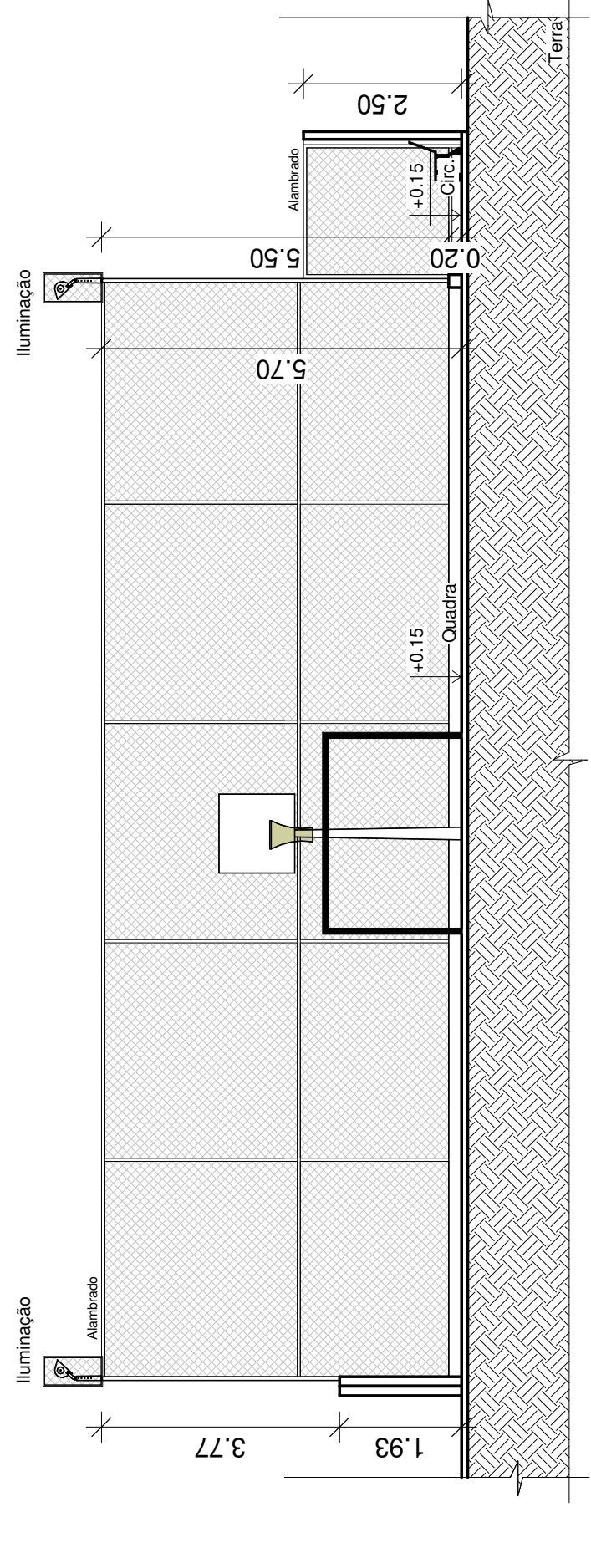
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO I

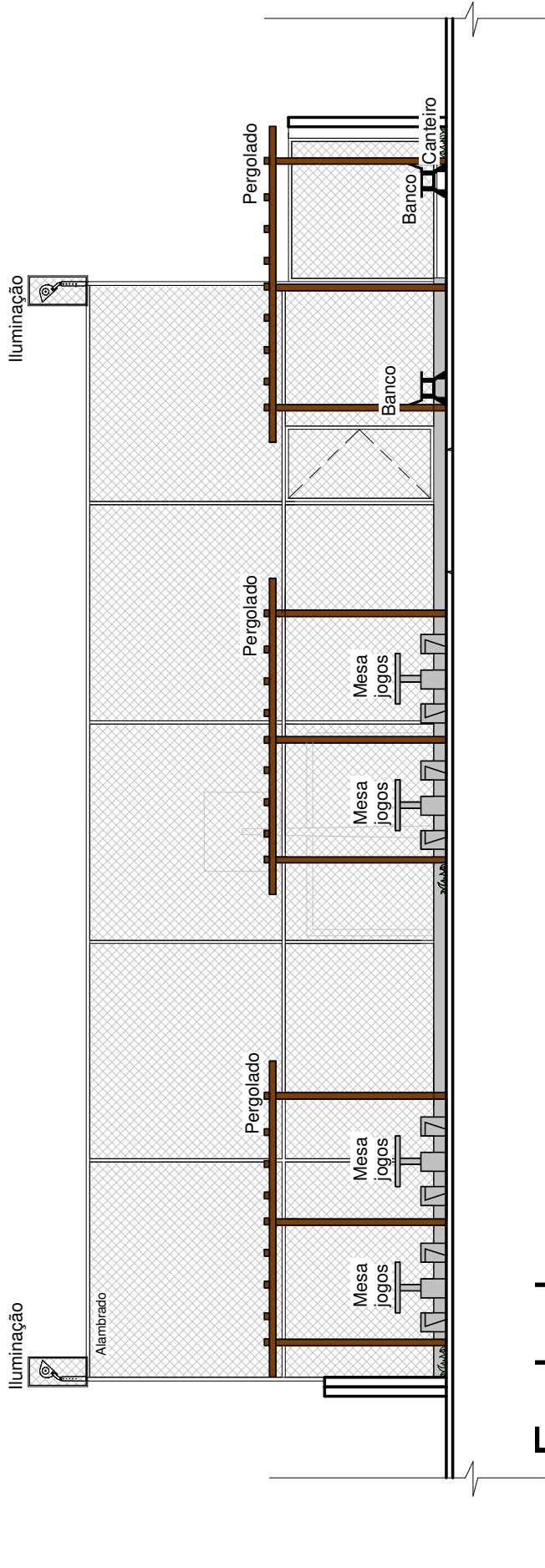
PROJETO BÁSICO



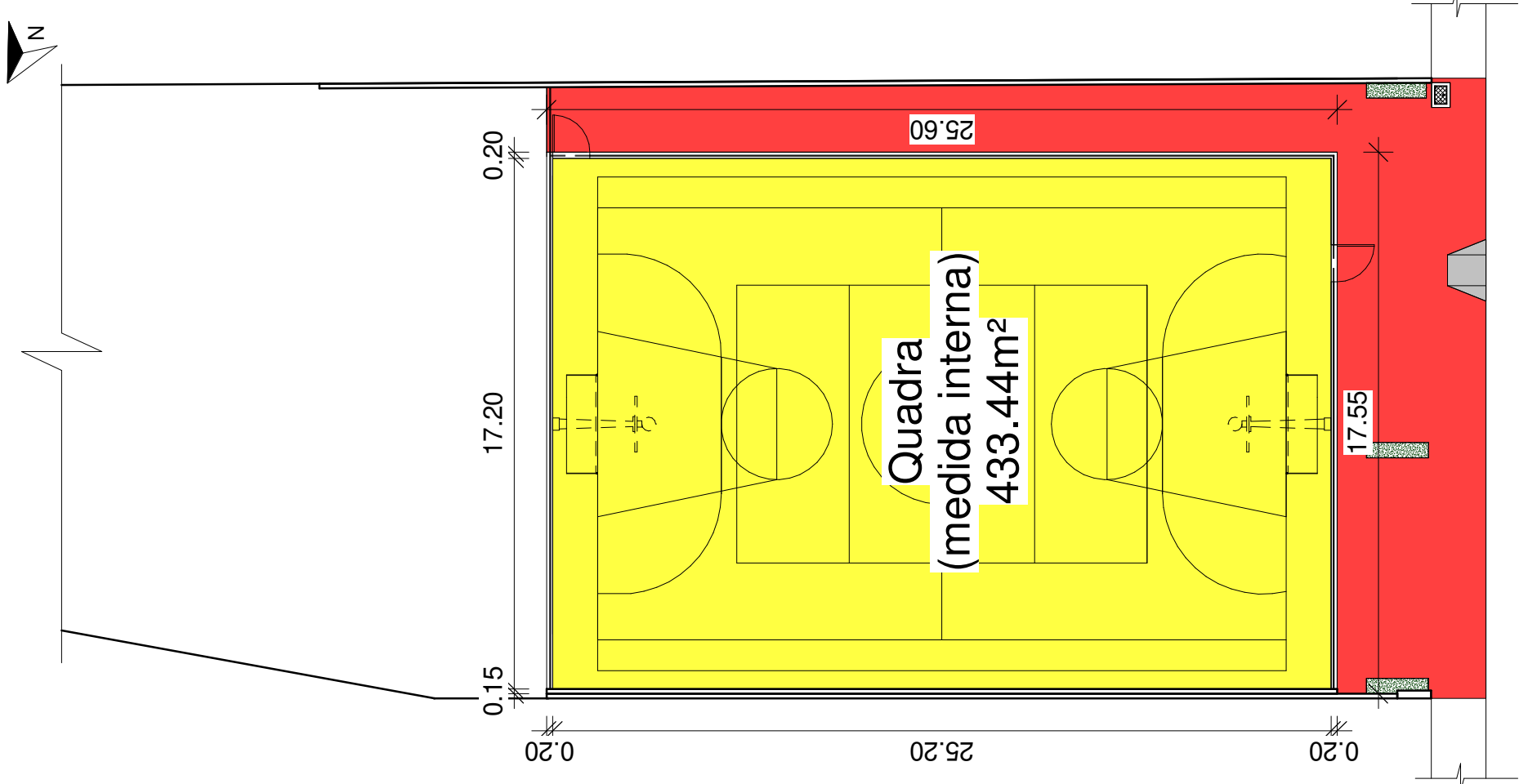
1 Corte AA' 1 : 100



2 Corte BB' 1 : 100

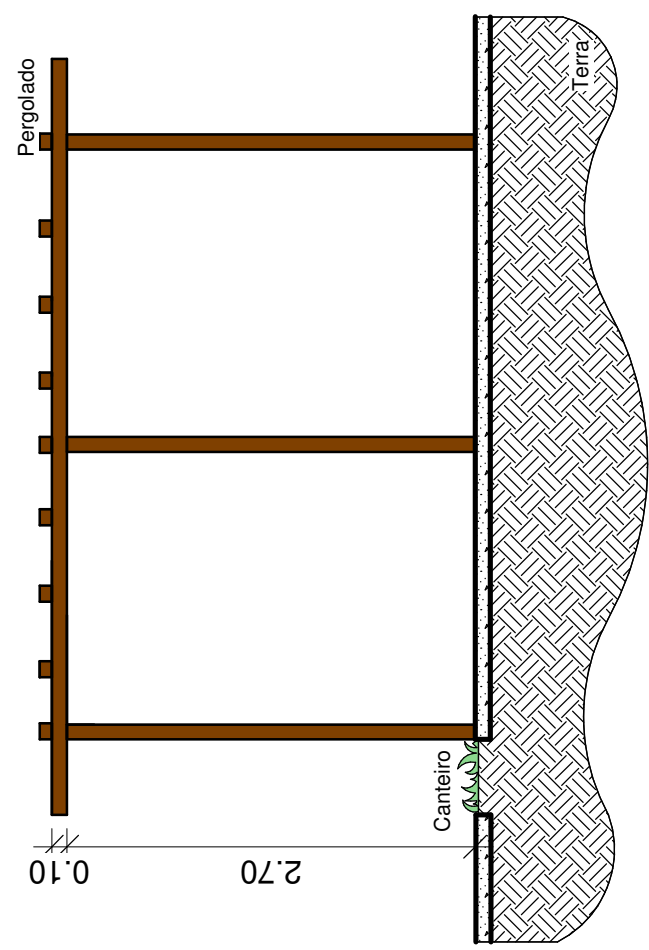
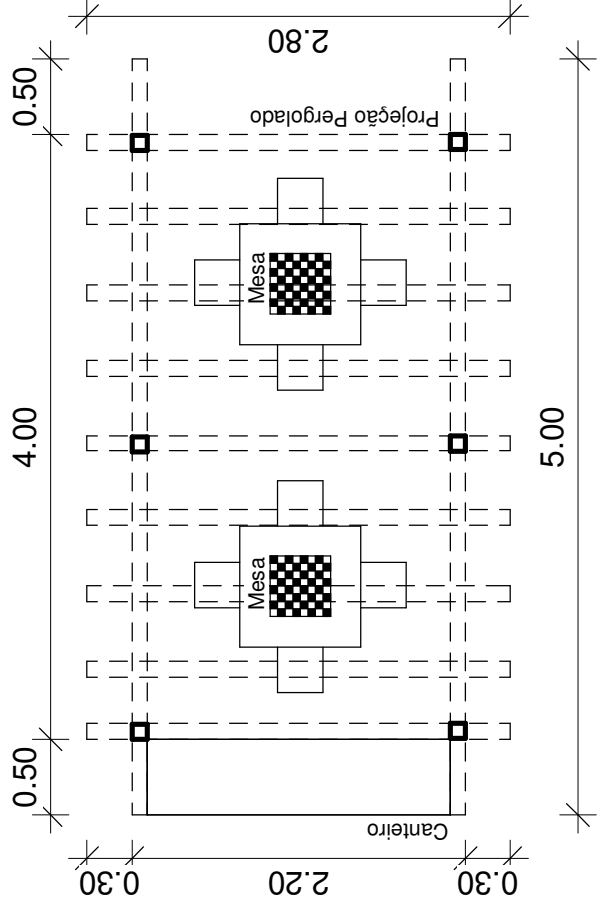


3 Fachada 1 : 100

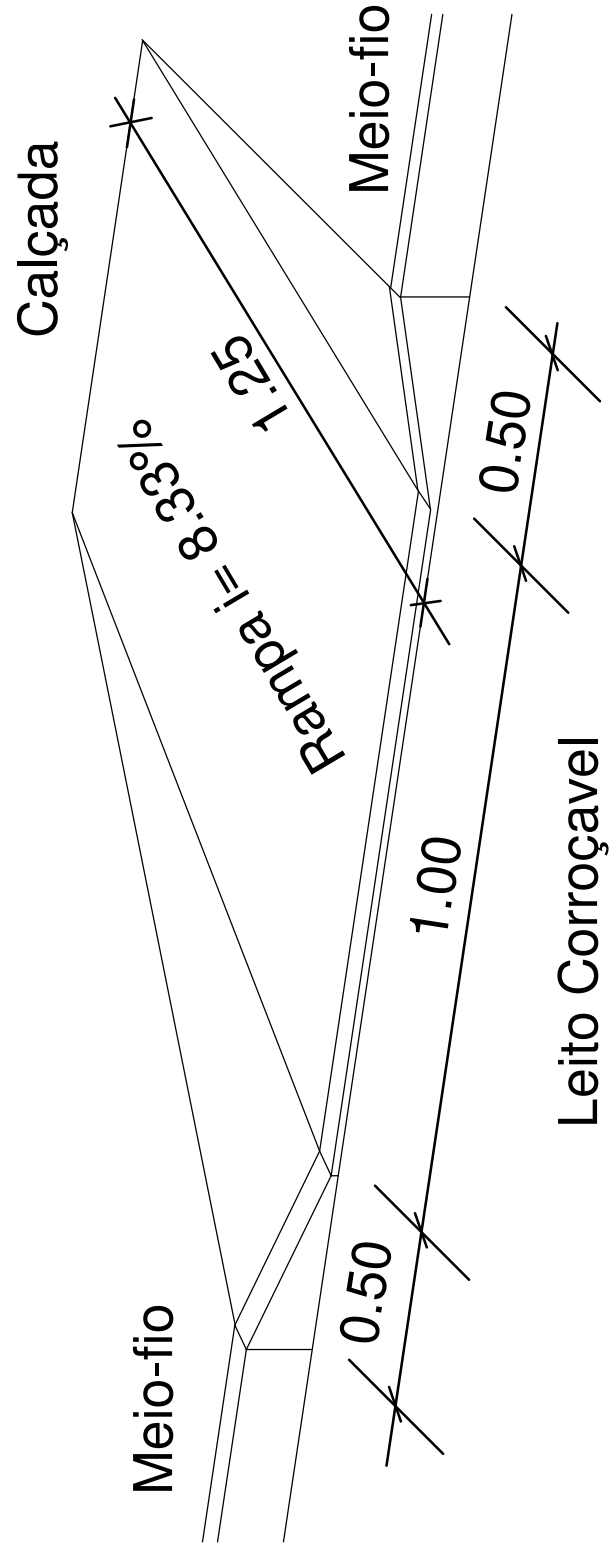


- Blocos intertravado 147.87m²
- Piso quadra poliesportiva 433.44m² (medida interna)

4 Detalhamento de prancha 1 : 200

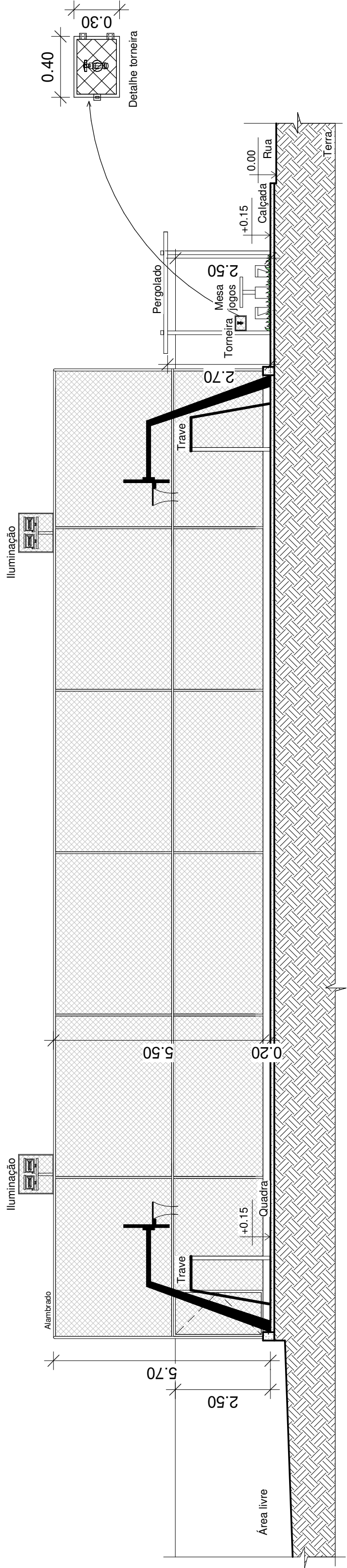


5 Detalhe pergolado 1 : 50

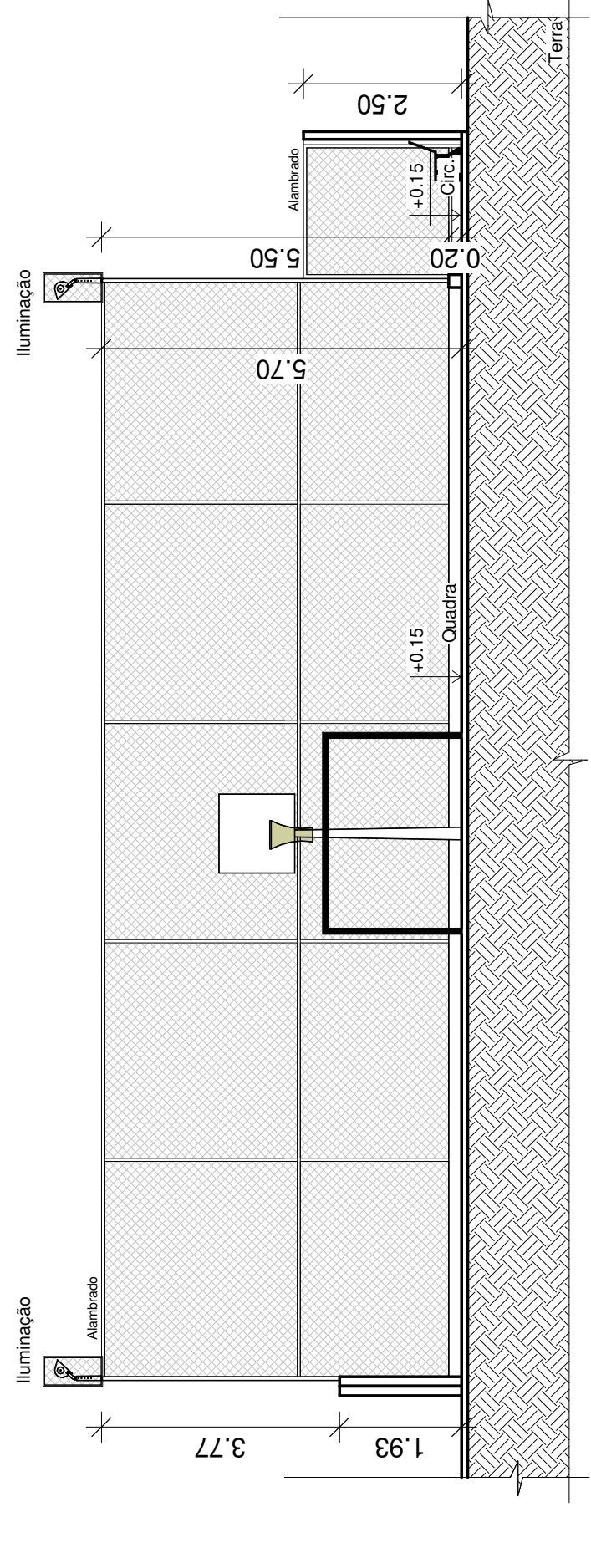


6 Detalhe rampa Sem escala

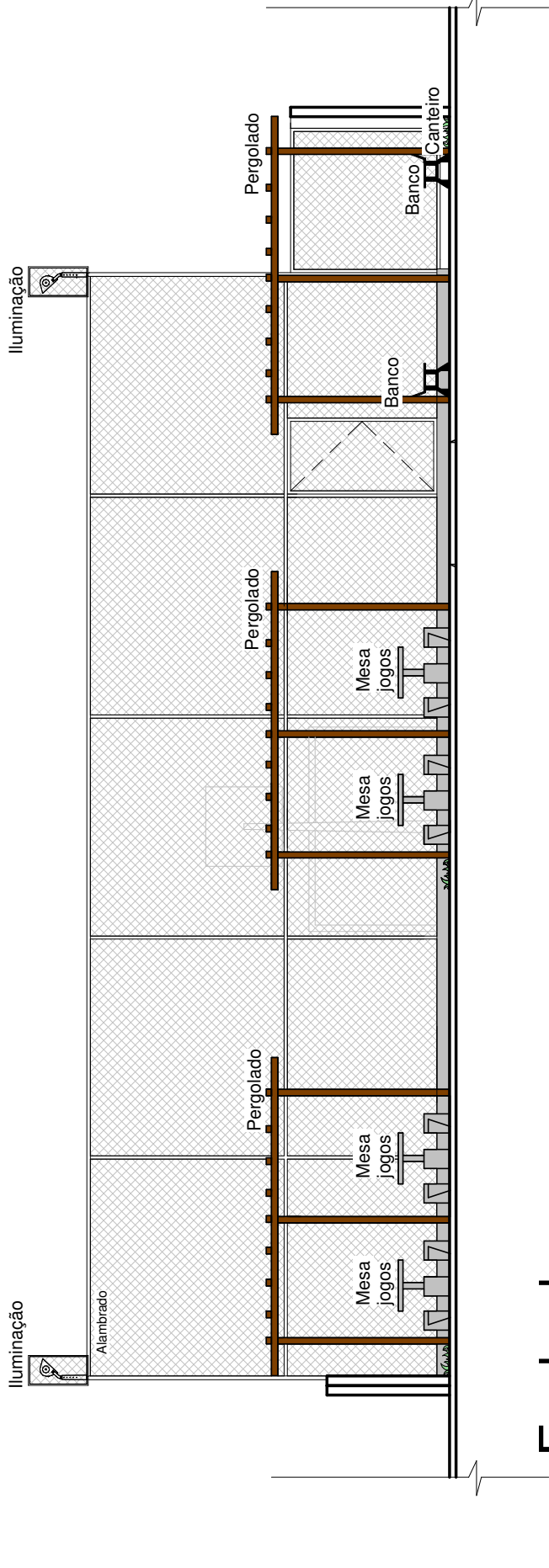
Descrição:	CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ		
Local:	Situada na AV. Carolina Silveira, Apiacá/ ES		
Matrícula Nº 1.034			
Desenho:	Fachada Principal, Corte AA', Corte BB', Detalhamento de prancha, Detalhamento Pergolado e Detalhe Rampa.		
Observações:			
Proprietário(a):		PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES	
Escala:		Indicada	
Autor(a) e Resp. Técnico(a):		Prancha:	
RAFAEL RAPOZO BERNARDES		02 / 04	
Data:		Abril / 2024	



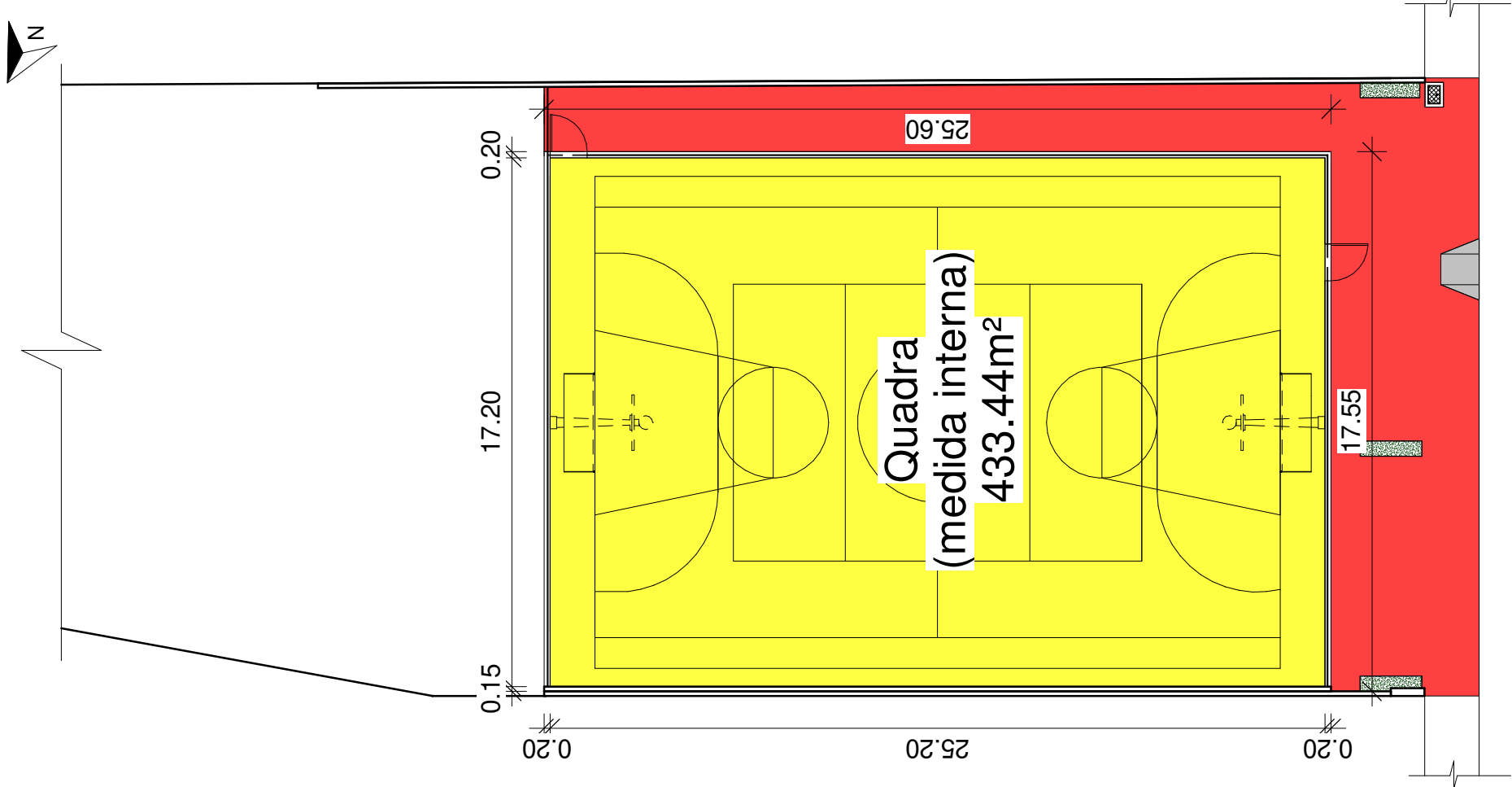
1 Corte AA' 1 : 100



2 Corte BB' 1 : 100

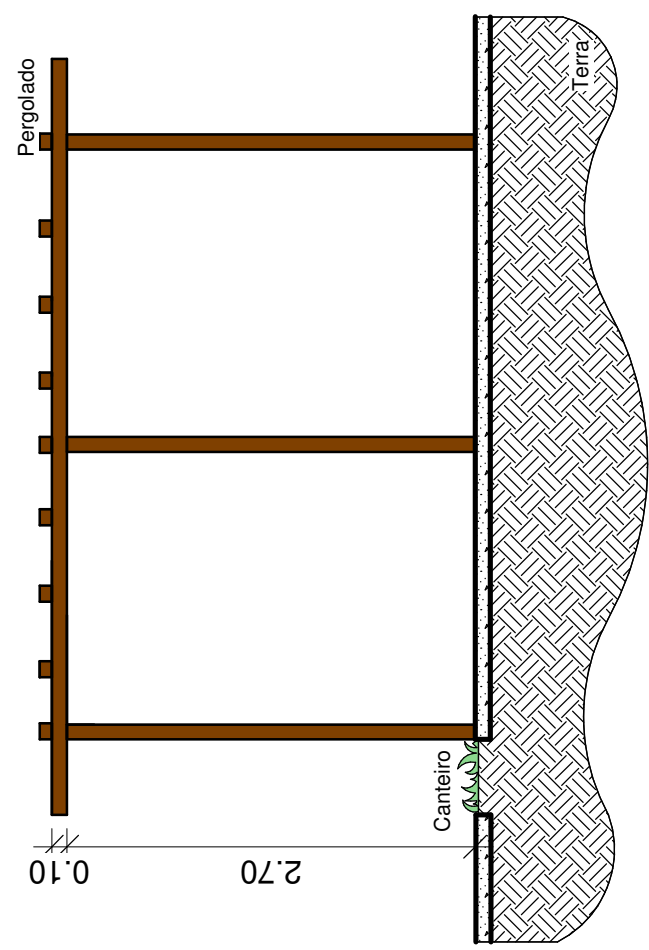
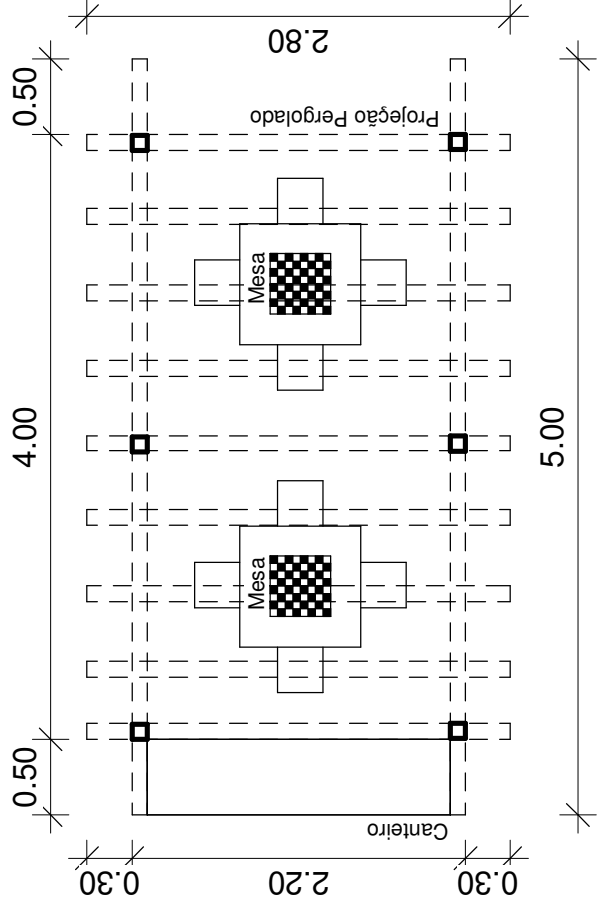


3 Fachada 1 : 100

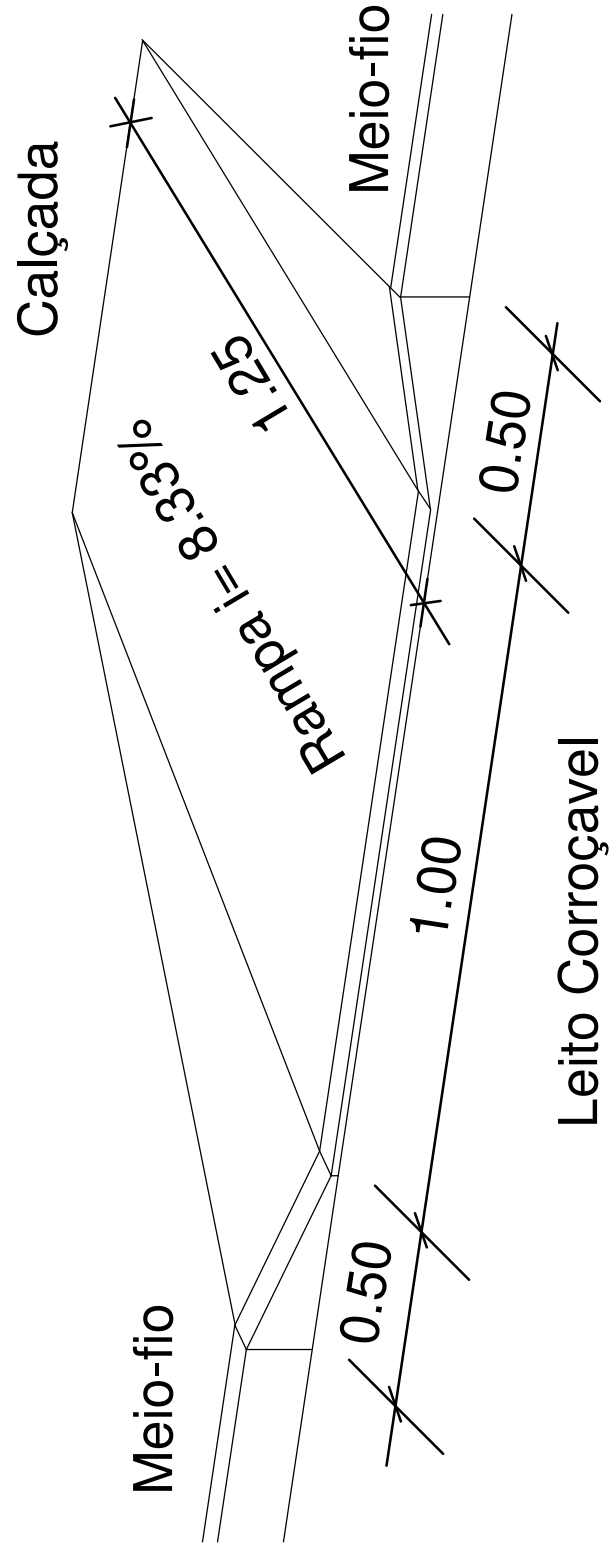


- Blocos intertravado 147.87m²
- Piso quadra poliesportiva 433.44m² (medida interna)

4 Detalhamento de prancha 1 : 200



5 Detalhe pergolado 1 : 50

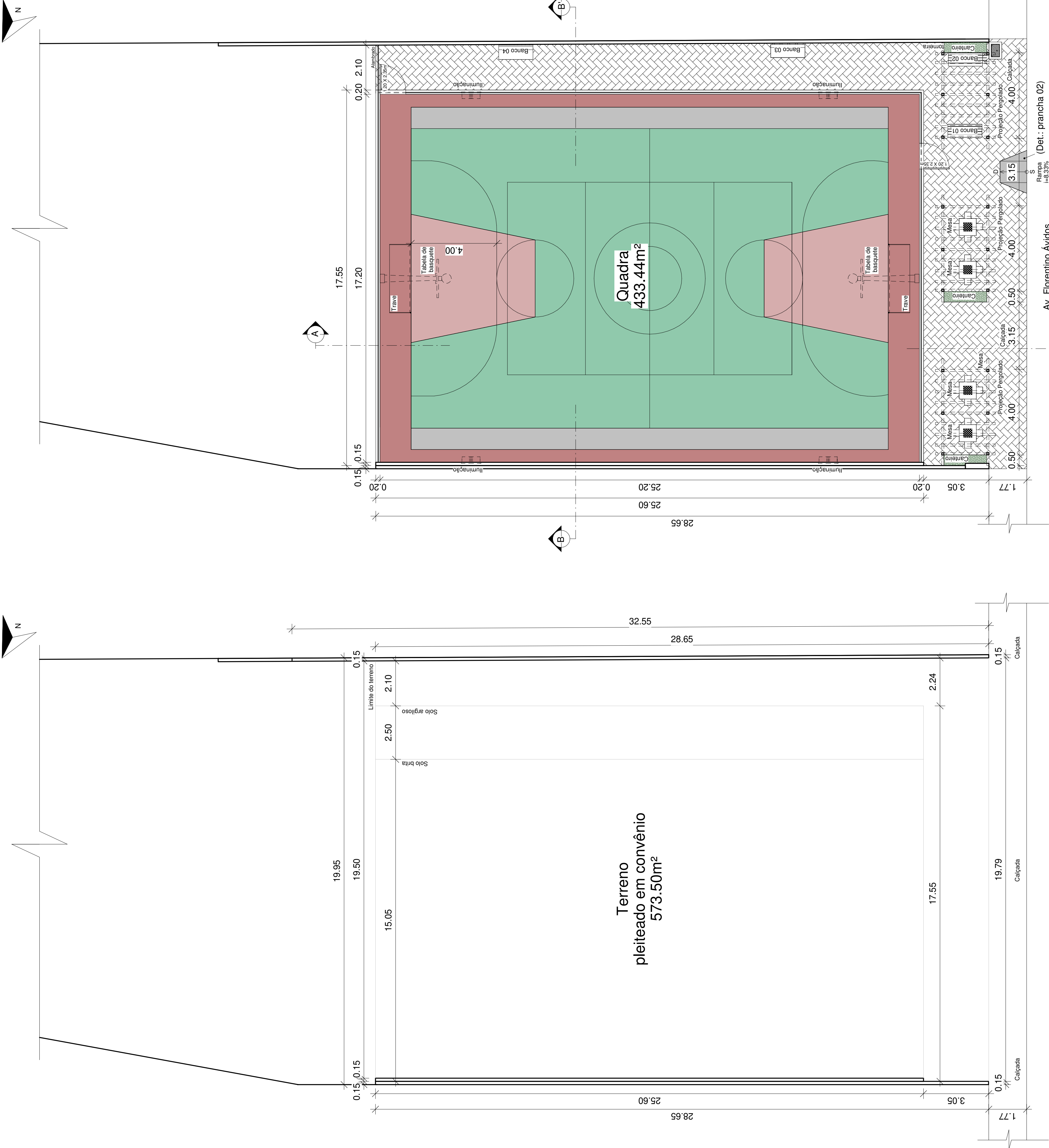


6 Detalhe rampa Sem escala

Descrição:	CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ		
Local:	Situada na AV. Carolina Silveira, Apiacá/ ES		
	Matrícula Nº 1.034		
Desenho:	Fachada Principal, Corte AA', Corte BB', Detalhamento de prancha, Detalhamento Pergolado e Detalhe Rampa.		
Observações:			
Proprietário(a):		PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES	
Autor(a) e Resp. Técnico(a):		RAFAEL RAPOZO BERNARDES	
		CREA-RJ 2016/22.133-1/O VISTO-ES 20160866	
Escala:		Indicada	
Prancha:		02 / 04	
Data:		Abril / 2024	



Perspectivas

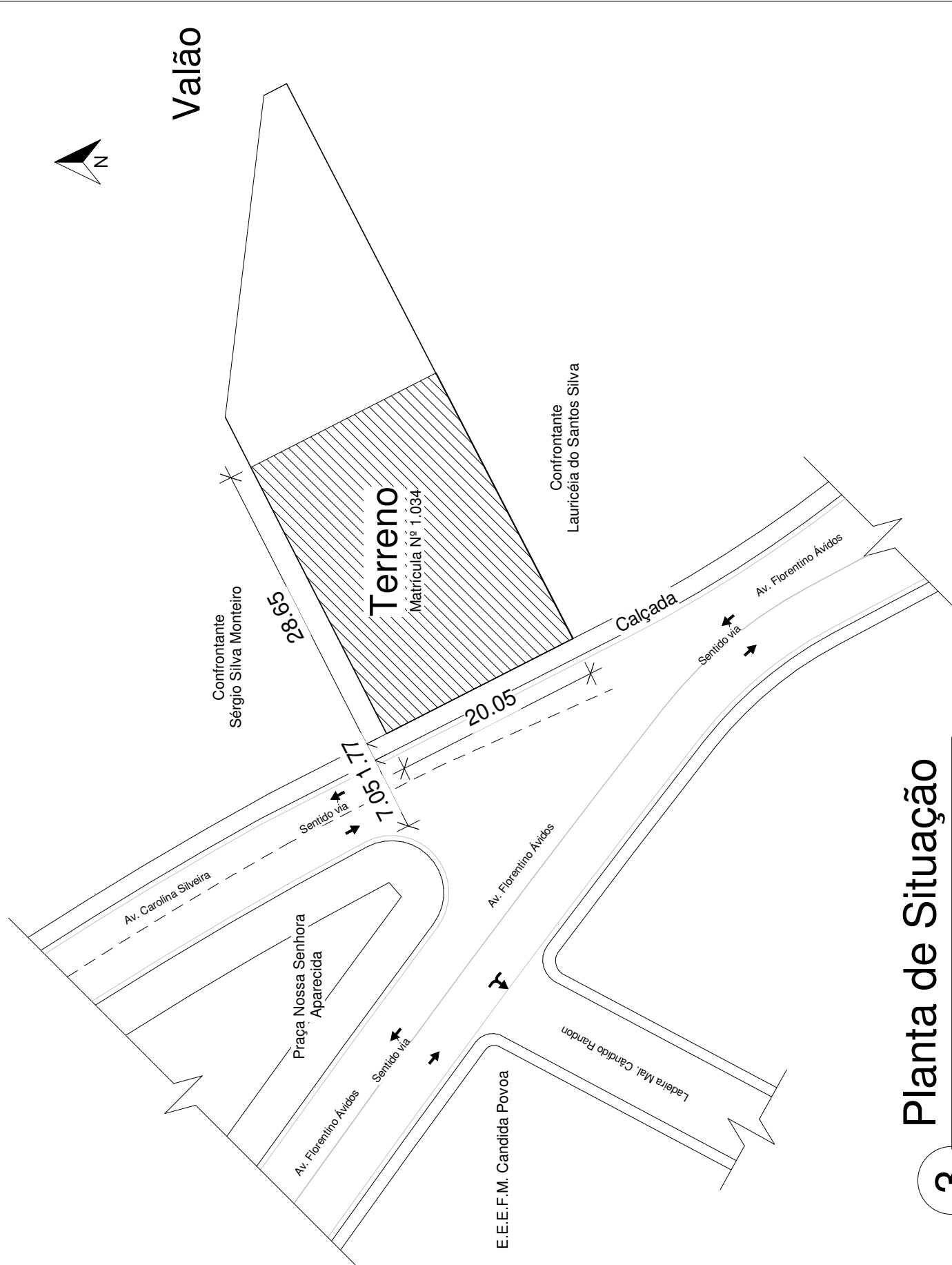


1 Planta Baixa- Terreno

1 : 100

2 Planta Baixa- Quadra

1 : 100



3 Planta de Situação

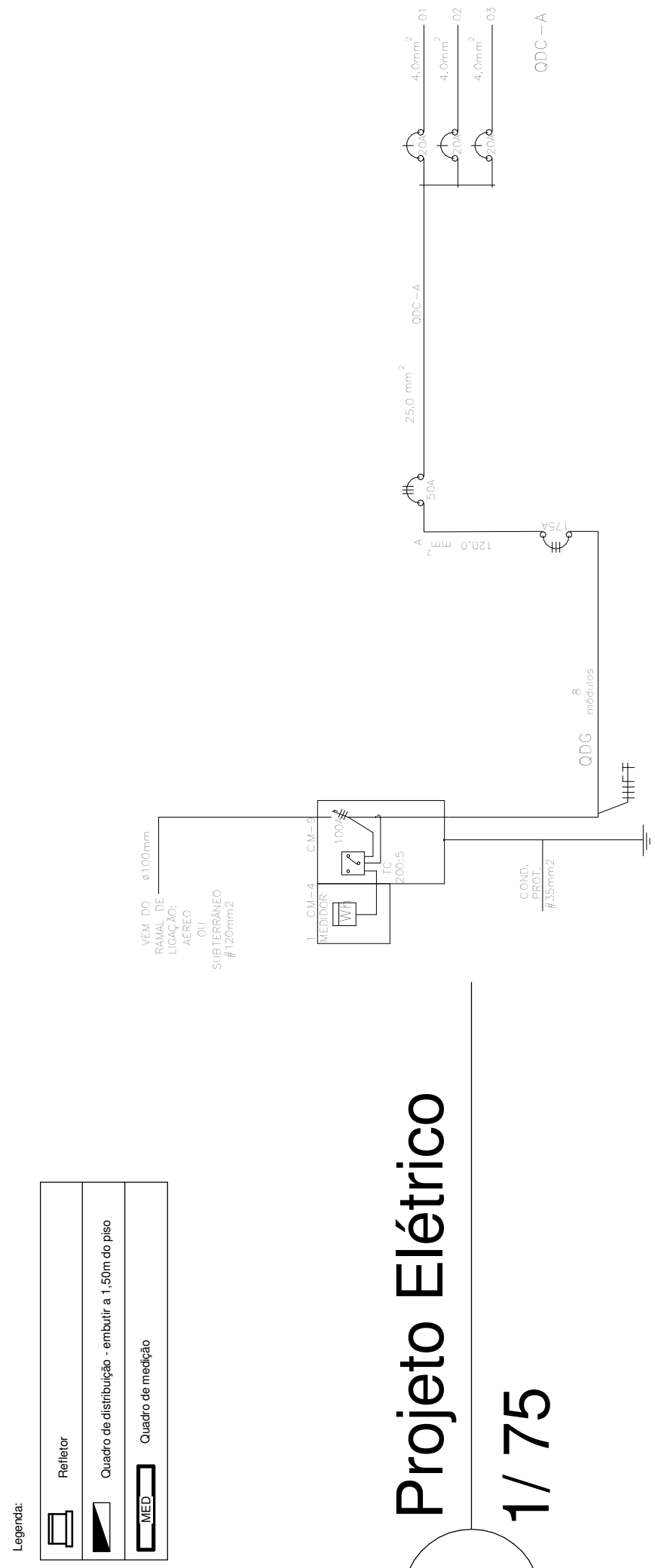
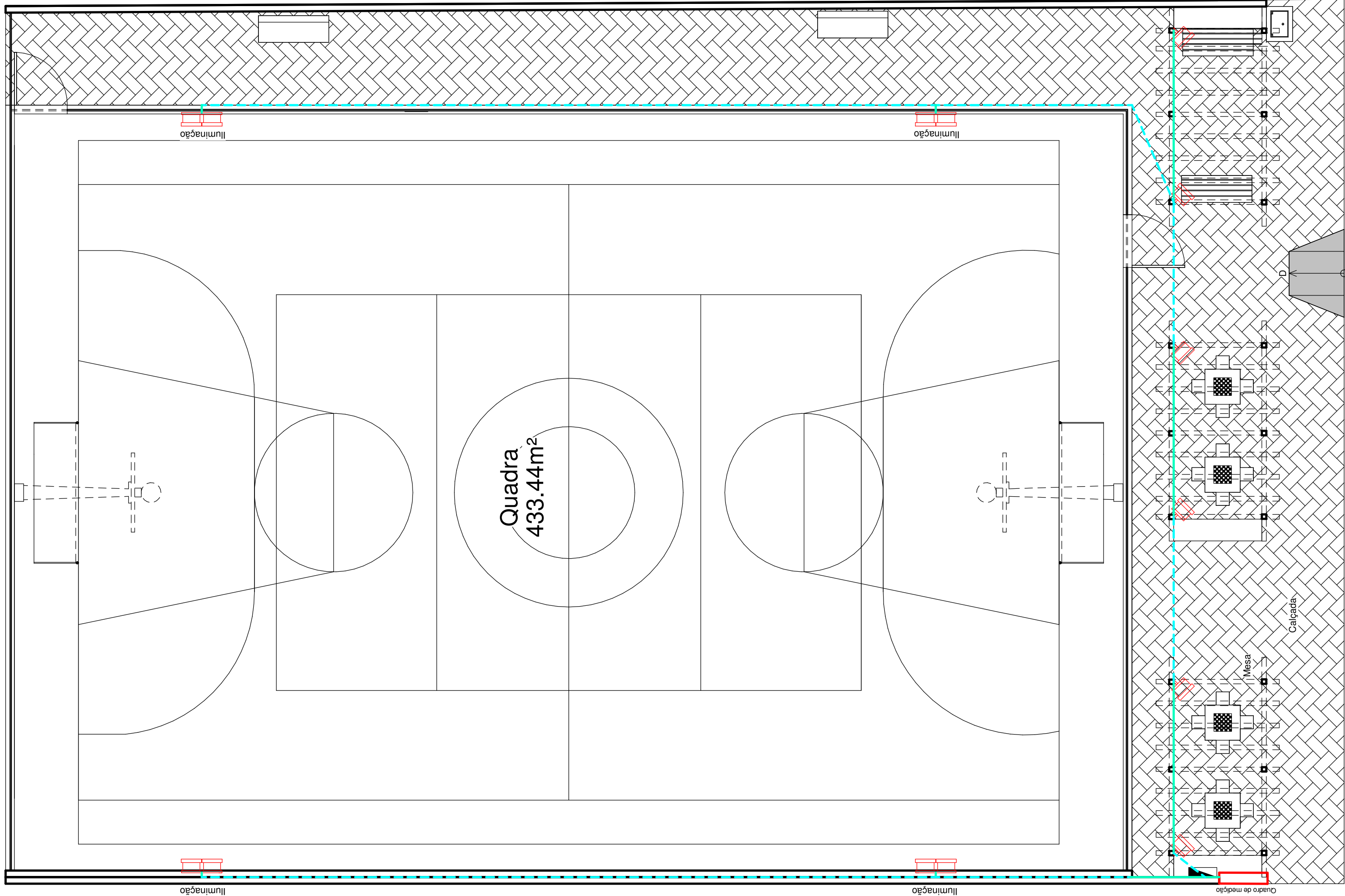
1 : 500

Quadro Esquadrias			
Portão (grade)			
Código	Dimensões	Tipo	Material
(P)	1,20 X 2,25m	Abat	Grade (aço)
			Quantidade
			2

Descrição:	CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ
Local:	Situada na AV. Carolina Silveira, Apiacá ES
Desenho:	Planta Baixa- Terreno, Planta Baixa- Quadra, Planta de Situação e Perspectivas.
Observações:	

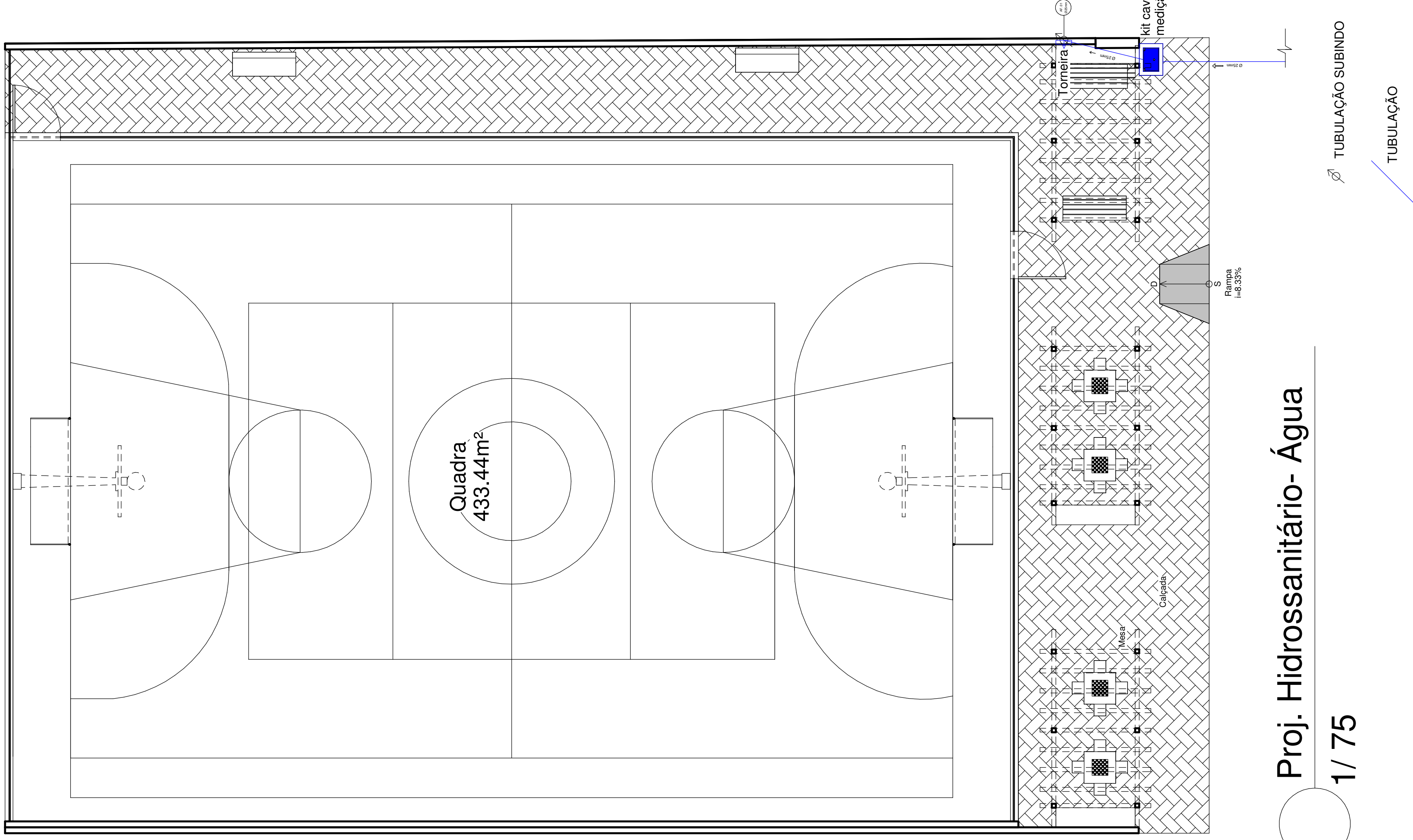
Matrícula Nº 1.034

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES		Escala:	Indicada
Proprietário(a):		Prancha:	01 / 04
Autor(a) e Resp. Técnico(a):		Data:	Abri / 2024
		RAFAEL RAPOZO BERNARDES	
		CREA-ES 061616310-0	
		VISTOS-ES 2016086	



Projeto Elétrico

1/75



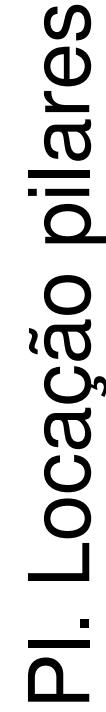
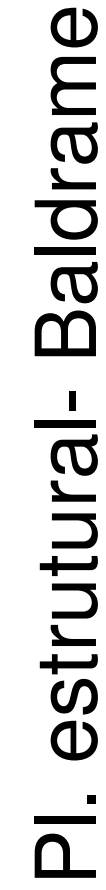
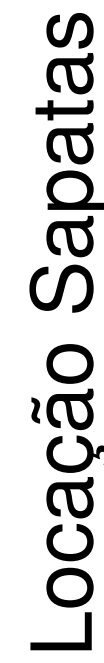
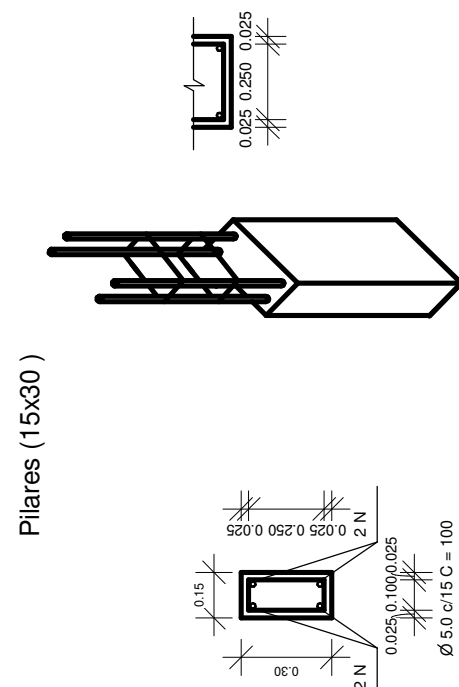
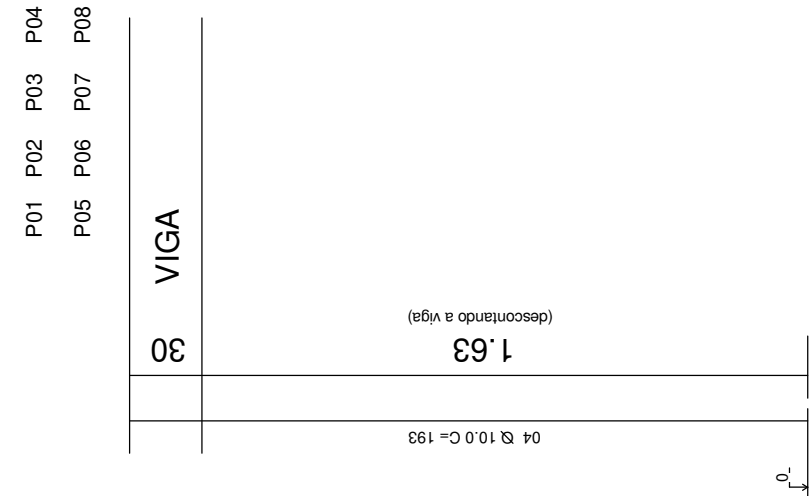
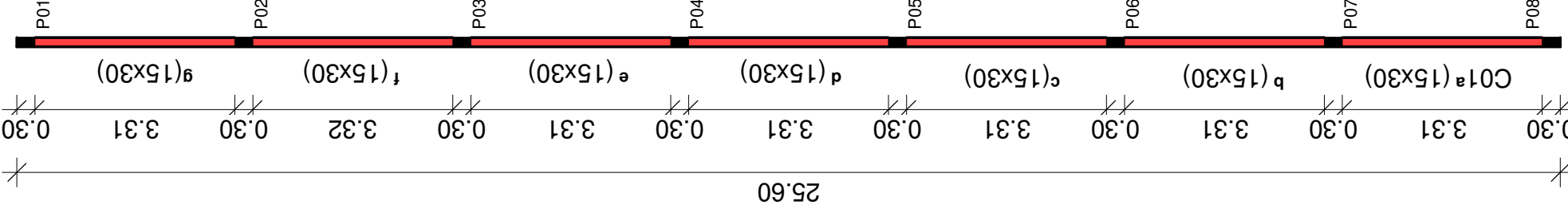
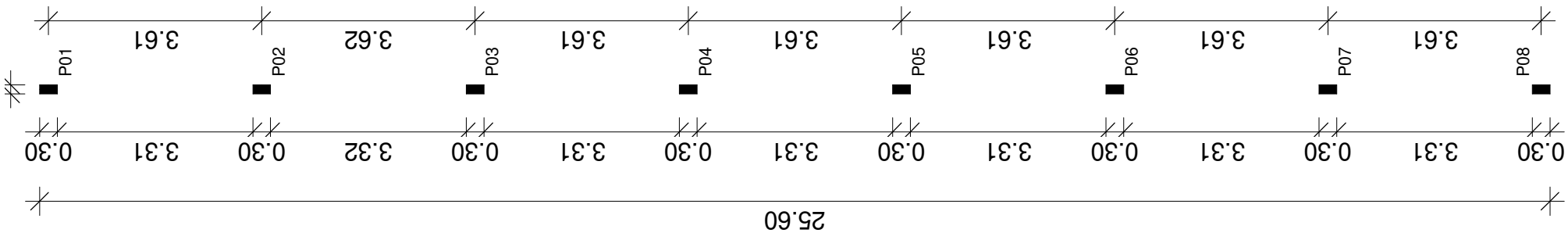
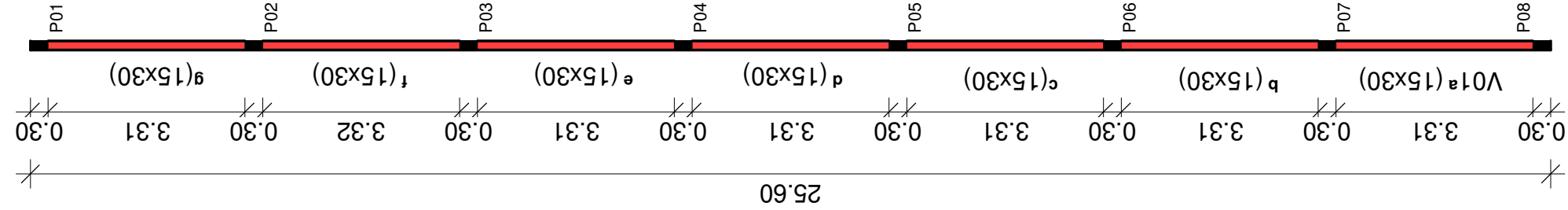
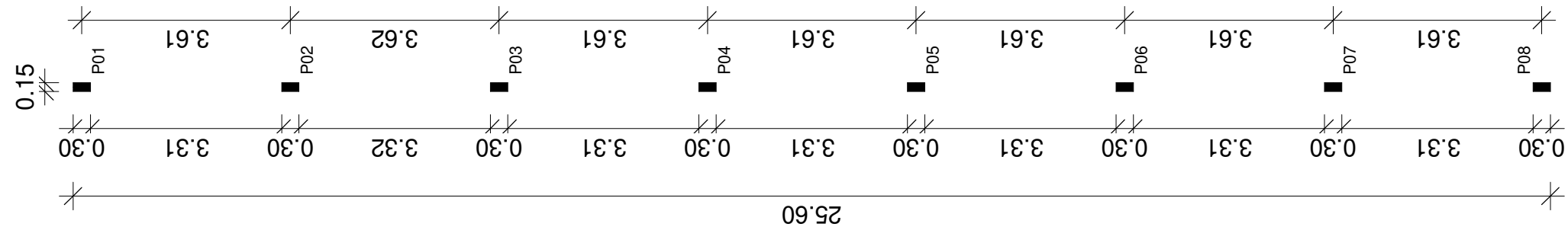
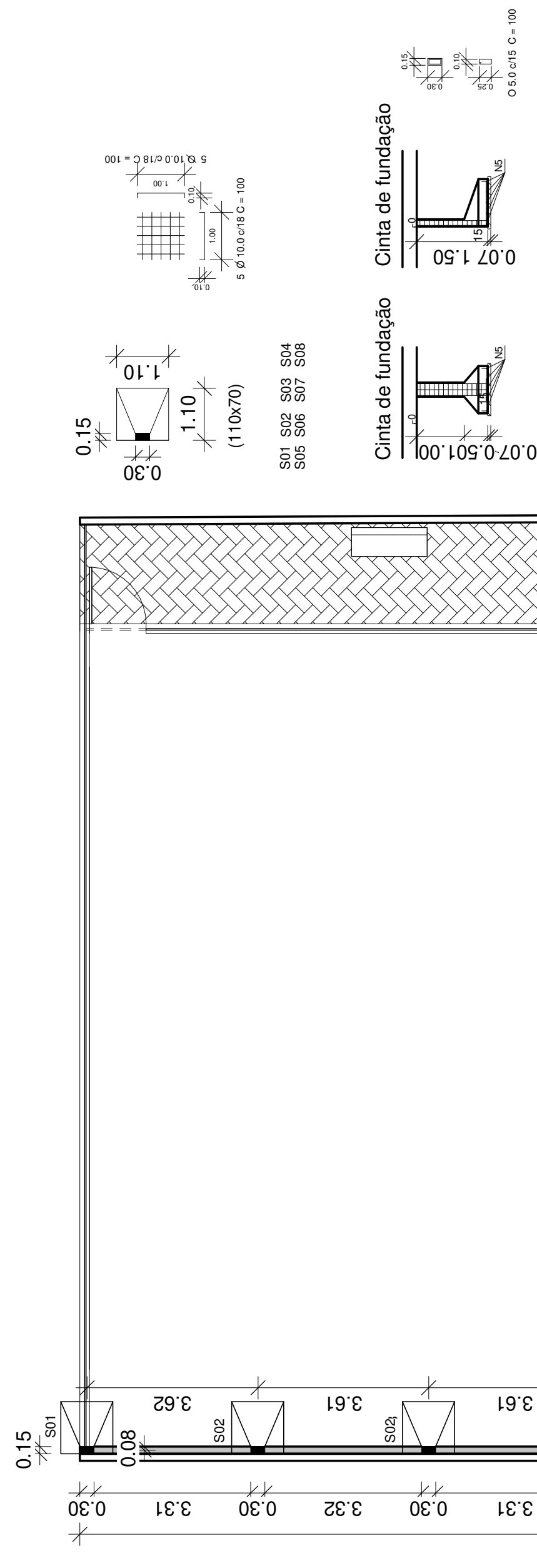
Proj. Hidrossanitário- Água

1/75

Diagrama Unifilar

1/100

<p>Descrição:</p> <p>CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ</p>	<p>Matrícula Nº 1.034</p>
<p>Local:</p> <p>Situada na AV. Carolina Siveira, Apiacá/ES</p>	<p>Escala:</p> <p>Indicada</p>
<p>Desenho:</p> <p>Projeto Elétrico, Projeto Hidrossanitário- Água e Diagrama Unifilar.</p>	<p>Prancha:</p> <p>04 / 04</p>
<p>Observações:</p>	<p>Data:</p> <p>Abril / 2024</p>



Descrição:	CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ		
Local:	Situada na AV. Carolina Silveira, Apiacá/ES	Matrícula Nº : 1.034	
Desenho:	Locação Sapatas, Planta estrutural- Baldrame, Planta Locação Pilares, Planta estrutural- Vigas e Detalhe Pilares.		
Observações:			

Cesar Fundações

A Cesar Fundações atua desde 2010 especializada em fundações como sondagem a percussão, sondagem rotativa, bate estaca, Strauss, escavada, reforço estrutural. Procurando sempre inovar e nos aperfeiçoar cada vez mais, para melhor atender nossos clientes!

Segue informações sobre o serviço executado ao cliente Prefeitura do Município de Apiacá, portador do CNPJ 27.165.604/0001-44. Com sede no endereço na Praça Santana, 6, centro, Apiacá, Espírito Santo, CEP 29.450-000.

Vila Velha – ES, 06 de março de 2024.

RELATÓRIO TÉCNICO SERVIÇOS DE SONDAGENS A PERCUSSÃO (SPT)

1. OBJETIVO.

O objetivo desse relatório é descrever os serviços da sondagem, em atendimento ao contrato de execução de sondagens geotécnicas na área de construção civil. Para melhor entendimento descreveremos somente os serviços que foram executados em campo.

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS.

2.1 GEOTECNIA.

Foram realizados **04 (quatro)** furos através de sondagem a percussão SPT, com equipamentos instalados em cada furo de modo a coletarmos a cada metro amostras de solo para posterior descrição, análise e ensaios. As sondagens geotécnicas servirão para caracterização dos tipos de solos investigados, índices de resistências à penetração, consistência e compacidade das camadas geológicas perfuradas.

2.2 METODOLOGIA TÉCNICA DAS SONDAGENS SPT.

Os serviços geotécnicos de campo foram realizados através de sondagem a percussão tipo SPT. Essas sondagens consistem na realização de furos de aproximadamente 10 centímetros de diâmetro e profundidades até atingir o impenetrável aos golpes percussivos e ou lavagem por tempo, conforme norma técnica. Nos furos executados em terra, os metros iniciam até encontrarmos o nível de água, foi realizado com amostrador tipo trado e posteriormente executado com a sondagem a percussão. O processo de perfuração consistiu em cravarmos 45 cm (com 3 intervalos de 15 cm) através de uma altura de queda padronizada de 75 cm em um peso de 65kg, nesse processo é contado o número de golpes que cravamos a cada três intervalos de 15 cm. Após a cravação dos 45 cm são lavados os próximos 55 cm até atingir um metro completo perfurado, esse processo de lavagem consiste em utilizarmos um trépano que através da circulação de água corrente irá retirar o material correspondente a esses 55 cm. O número de golpes obtidos, fornece a indicação da compacidade ou da consistência das camadas atravessadas de solos. As sondagens geotécnicas foram realizadas obedecendo à norma NBR- 6484 (2020) e em conformidade com as convenções gráficas e definições técnicas estabelecidas pela NBR – 13441 e 6502. A extradição de amostras SPT foi feita a cada intervalo de 1 m com auxílio de um barrilete amostrador, diâmetro externo de 2” e diâmetro interno de 1 3/8”.

2.3 COLETA E ACONDICIONAMENTO DE AMOSTRAS.

Todas as amostras testemunhos coletadas, foram separadas, catalogadas e analisadas por um profissional qualificado.

2.4 NORMAS APLICÁVEIS.

Para metodologia aplicada neste tipo de serviço, foram regidos pelas normas abaixo relacionadas: ABNT NBR 6484 – Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Métodos de ensaios ABNT NBR 13441 – Rochas e Solos – Termos Geológicos- geotécnicos e a convenção gráfica. ABNT NBR 6502 – Rochas e Solos – Terminologia.

2.5 ANEXOS

Ordem de serviços Perfil individual de cada furo de sondagem SPT Georreferenciamento com localização dos furos.



Cliente: Município de Apiacá, CNPJ 27.165.604/0001-44.
 Obra: Edificação.
 Local: Av. Carolina Silveira, s/n, Centro, Apiacá, ES, 29450-000.

Sondagem SPT, rotativa, cravação de pré moldadas e trilhos.

Sondagem SPT, rotativa, cravação de pre moldadas e trinços.										0		E		N	
										Nº 0085/2024		233245.00 m E		7658985.00 m S	
										Furo SP 02 Cota 0,000		<div><div>30 cm finais</div><div>30 cm iniciais</div></div>			
										SPT - Standart Penetration Test					
										0		0 10 20 30 40			
Revestimento	Método cravação	Cota relação R.N.	A ---	B ---	NSPT 0-15cm	NSPT 15-30cm	NSPT 15-30cm	Índice de SPT iniciais/30cm	Índice SPT finais/30cm	Amostras	Prof. Camadas (m)				
1,0															
	CA	-5			3	3	3	6	6		0,98	Argila arenosa de cor cinza.			
					1	3	4	4	7	1	2,11	Argila orgânica pouco arenosa de cor escura.			
					4	7	9	11	16	2	3,02	Argila siltosa de cor cinza.			
		-10			10	14	19	24	33	3					
					40			40		4	5,05	Argila siltosa de cor variegada.			
										5		↑ Impenetrável ao trepano. 10min 03cm. 10min 01cm. 10min 00cm.			
										6					
										7					
										8					
										9					
										10					
										11					
										12					
										13					
										14					
										15					
										16					
										17					
										18					
										19					
										20					
										21					
										22					
										23					
										24					
										25					
										26					
										27					
										28					
										29					
										30					
										31					
										32					
										33					
										34					
										35					
										36					
										37					

0 Fundações

0 Fundações

Weliton Carlos dos S. Araújo

Engenheiro Civil

CREA-ES 030519/D

Nível d'água (A = Inicial / B = Final)		Amostrador		Revestimento Ø 2 3/8 "		Data de execução	
A ---	1,00 m 05/03/2024	Ø interno	1 3/8 "	Peso	65,0 kg	Início 05/03/2024	
B ---	3,80 m 06/03/2024	Ø externo	2 "	Altura de queda	75,0 cm	término 05/03/2024	

Obs. Qual quer dúvida com a sondagem entre em contato (27) 99946-0425.

Digit: Luana de Souza

Eng Resp: Weliton C. dos S. Araujo - CREA ES.030519/D

06/03/2024

Folha 02

[illegible]

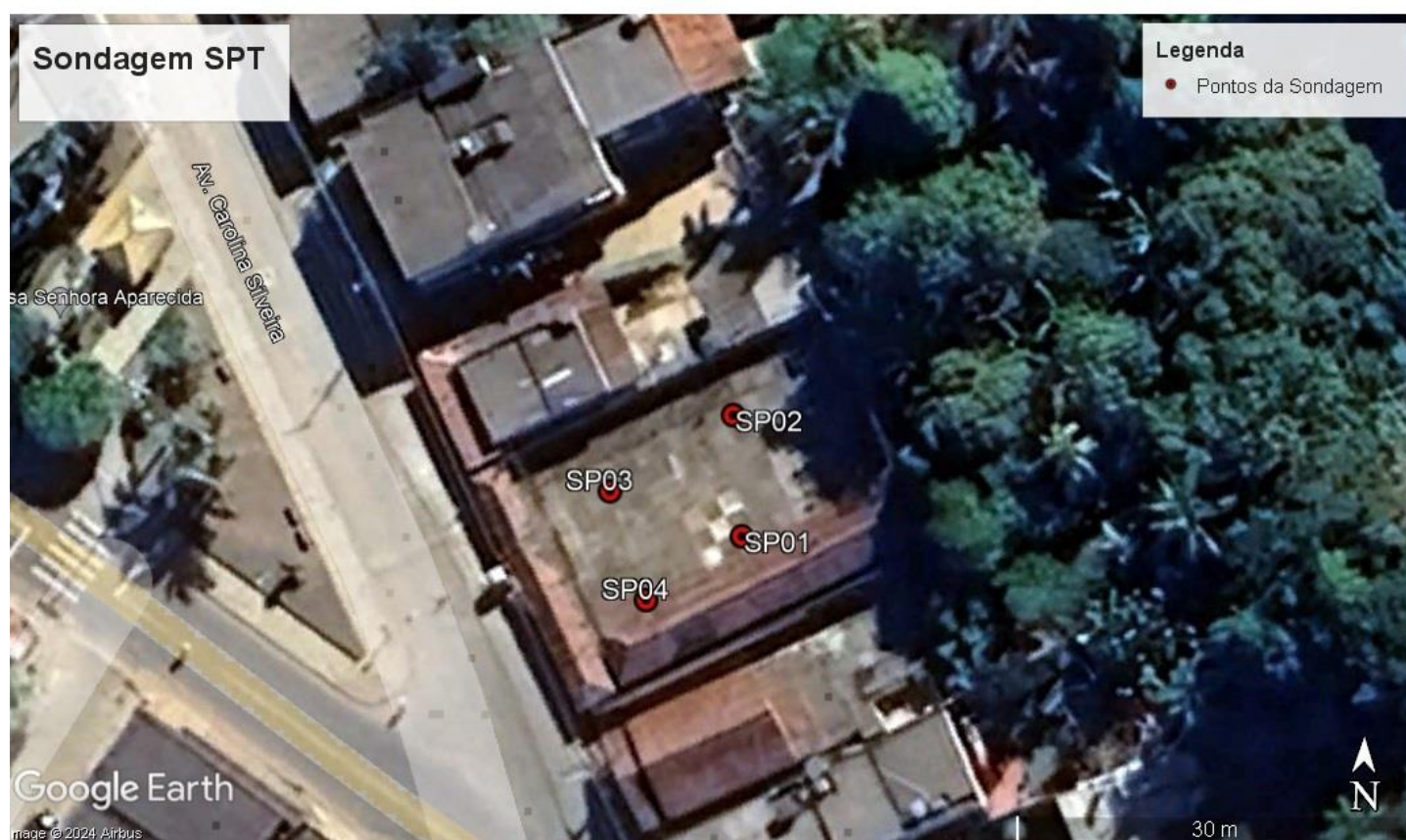


Sondagem SPT

www.cesarfundacoes.com.br

@Cesarfundacoes

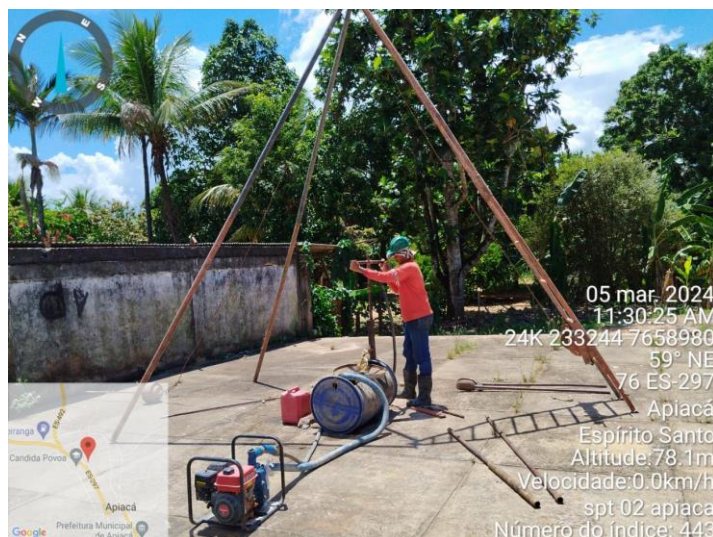
(27) 99946-0425



SP01



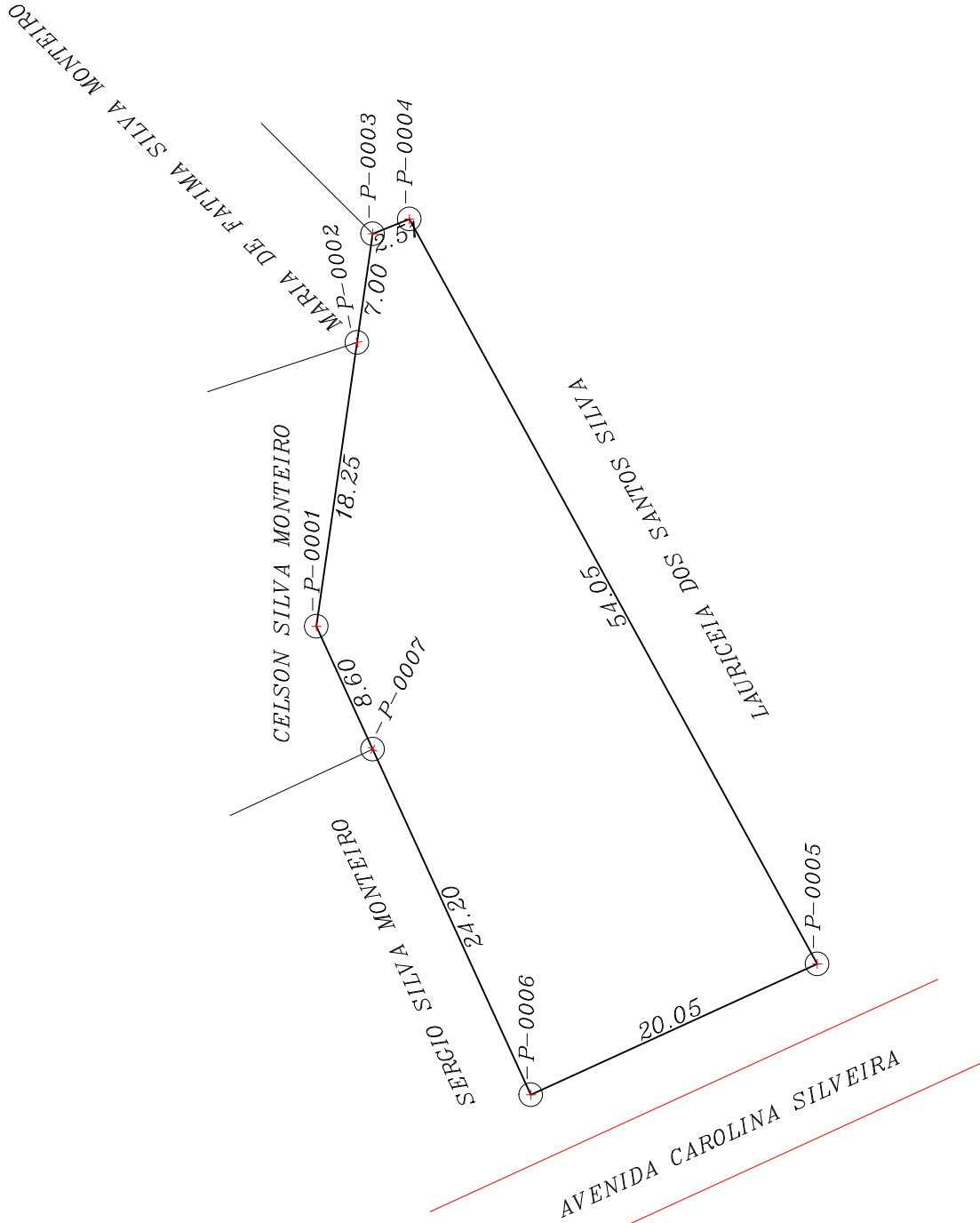
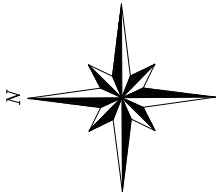
SP02



SP03







TOPOGRAFIA			
LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO DE UMA ÁREA RURAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, Nsº 78 e 80, CENTRO, APIACA, ES.		
ÁREA:	857,01 Metros Quadrados.		
PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACA		
CFT: 2403335927	DATA: MARÇO /2024	ESCALA= 1/ 400	
TEC. RESP.	Ricardo da Costa Rodrigues Técnico em Agrimensura CREA-RJ 20021076-16 Visto-ES 20050199		EQUIPAMENTO
			GPS RTK T10 NavicomSurruCE

M O R I A L D E S C R I T I V O (U T M)

Endereço : AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, Nsº 78 e 80, CENTRO, APIACA, ES.
Proprietário : PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACA
Município : APIACA U.F: ES - BR
Matrícula : 1034
Comarca : APIACA
Área : 857,01 Metros Quadrados.
Perímetro (m) : 134,66 Metros.
CFT : 2403335927

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **-P-0001**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas **N 7.658.992,187m** e **E 233.255,398m**; deste segue confrontando com a propriedade de CELSON SILVA MONTEIRO, com azimute de 98°08'44" por uma distância de 18,25m até o vértice **-P-0002**, de coordenadas **N 7.658.989,601m** e **E 233.273,464m**; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA DE FATIMA SILVA MONTEIRO, com azimute de 98°08'37" por uma distância de 7,00m até o vértice **-P-0003**, de coordenadas **N 7.658.988,610m** e **E 233.280,393m**; deste segue confrontando com a propriedade de LAURICEIA DOS SANTOS SILVA, com azimute de 158°14'13" por uma distância de 2,51m até o vértice **-P-0004**, de coordenadas **N 7.658.986,279m** e **E 233.281,324m**; deste segue confrontando com a propriedade de LAURICEIA DOS SANTOS SILVA, com azimute de 241°17'07" por uma distância de 54,05m até o vértice **-P-0005**, de coordenadas **N 7.658.960,310m** e **E 233.233,920m**; deste segue confrontando com a propriedade de AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, com azimute de 335°24'28" por uma distância de 20,05m até o vértice **-P-0006**, de coordenadas **N 7.658.978,539m** e **E 233.225,577m**; deste segue confrontando com a propriedade de SERGIO SILVA MONTEIRO, com azimute de 65°24'28" por uma distância de 24,20m até o vértice **-P-0007**, de coordenadas **N 7.658.988,610m** e **E 233.247,582m**; deste segue confrontando com a propriedade de CELSON SILVA MONTEIRO, com azimute 65°24'28" por uma distância de 8,60m até o vértice **-P-0001**, ponto inicial da descrição deste perímetro de 134,66 m.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central nº 45 WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

APIACA ,
FABRICIO
GOMES
THEBALDI:024
61638799

Assinado de forma digital
por FABRICIO GOMES
THEBALDI:02461638799
Dados: 2024.04.23
15:50:31 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACA
CNPJ/MF nº: 27.165.604/0001-44

Responsável Técnico: RICARDO DA COSTA RODRIGUES
TÉCNICO EM AGRIMENSURA - CREA: RJ-069.509.847-07

RICARDO DA COSTA
RODRIGUES:06950984707

Assinado digitalmente por RICARDO DA COSTA RODRIGUES:06950984707
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR SIG CERTIFICADORA, OU=Presencial,
OU=22065332000197, CN=RICARDO DA COSTA RODRIGUES:06950984707
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024-03-13 22:55:18
Foxit Reader Versão: 10.0.0



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A CONSTRUÇÃO DA QUADRA DE ESPORTE NO MUNICÍPIO DE APIACÁ.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para construção de uma quadra no Município de Apiacá-ES, destinado a atender às necessidades relacionadas ao lazer, esportes e atividades físicas da comunidade.

2. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES – Uma quadra em um município é destinada principalmente a atender necessidades relacionadas ao lazer, esportes e atividades físicas da comunidade. Ela pode ser utilizada para:

1. **Prática de Esportes:** Como futebol, basquete, vôlei, tênis, entre outros, dependendo da estrutura e das marcações disponíveis.
2. **Atividades Recreativas:** Jogos e brincadeiras para crianças, jovens e adultos.
3. **Eventos Comunitários:** Festivais, feiras, atividades culturais, e outros tipos de eventos ao ar livre.
4. **Promoção da Saúde:** Espaço para exercícios físicos, promovendo um estilo de vida saudável para a população.
5. **Integração Social:** Um ponto de encontro para a comunidade, fortalecendo os laços sociais e incentivando a convivência entre os moradores.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Esses espaços são importantes para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes de um município. O Município de Apiacá/ES tem por vontade, construir a quadra para benefício da população como um todo, e para incentivar ainda mais a prática de esportes no Município.

4. Fiscalização

1. Para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, a Prefeitura Municipal de Apiacá indica o CARLOS MAGNO DE OLIVEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

5. Liquidação

1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo estimado de 30(trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6. Forma de pagamento

5. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DO FORNECEDOR

Critérios de aceitabilidade de preços

Menor preço e atenda os critérios dos itens pedidos.
Sendo o processo em regime de dispensa de licitação.

8. LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE ENTREGA

Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Rua Jáder Pinto, 33, Centro - Apiacá/ES e demais locais dentro do limite territorial do município de Apiacá, conforme necessidade da Secretaria.

As entregas deverão ser realizadas dentro do prazo máximo de até 5 (CINCO) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Compras, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas.

A quantidade deverá estar em conformidade com a ordem de compra emitida;
A especificação deverá estar em conformidade com o item referenciado e licitado, devidamente informados na Ordem de Compra;

O CONTRATANTE se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem ao que foi estabelecido no presente termo e no contrato e/ou que não estejam adequados para o uso, adequando a liquidação, atesto e pagamento as quantidades recebidas definitivamente.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com dotação orçamentária a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças, a quem cabe a gestão orçamentária.

Apiacá, 09 de Agosto de 2024.

Atenciosamente.

CARLOS MAGNO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Prefeitura Municipal de Apiacá-ES
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, S/N, Centro, Apiacá/ES
CNPJ nº 27.165.604/0001-44 - CEP: 29450-000 - Telefone: (28) 3557-0152

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP - tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e a razoabilidade da contratação de empresa especializada para construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES – destinado a atender às necessidades relacionadas ao lazer, esportes e atividades físicas da comunidade, de acordo com a lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XXV.

Data da Elaboração: 12/07/2024

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE APRESENTADA

Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES – Uma quadra em um município é destinada principalmente a atender necessidades relacionadas ao lazer, esportes e atividades físicas da comunidade. Ela pode ser utilizada para:

6. **Prática de Esportes:** Como futebol, basquete, vôlei, tênis, entre outros, dependendo da estrutura e das marcações disponíveis.
7. **Atividades Recreativas:** Jogos e brincadeiras para crianças, jovens e adultos.
8. **Eventos Comunitários:** Festivais, feiras, atividades culturais, e outros tipos de eventos ao ar livre.
9. **Promoção da Saúde:** Espaço para exercícios físicos, promovendo um estilo de vida saudável para a população.
10. **Integração Social:** Um ponto de encontro para a comunidade, fortalecendo os laços sociais e incentivando a convivência entre os moradores.

Esses espaços são importantes para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes de um município.



2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa vencedora terá que prestar serviços com mão de obra e materiais de qualidade, conforme planilhados pelo setor de engenharia do Município de Apiacá, sendo esses, dentro do prazo imposto pelo cronograma físico financeiro, nas especificações, quantidades e locais determinados.

Responder pelos vícios e defeitos dos bens e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes, manter durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

Qualquer outra despesa, pertinente aos empregados ocorrerão por conta da empresa vencedora. Toda a execução do objeto proposto deverá ser realizada no período máximo conforme estabelecido no Cronograma dos serviços. A empresa deverá entregar relatório periódicos dos serviços prestados, para a conferência do fiscal do contrato, em cada medição fornecida pela Administração Pública.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Será realizado a conferência das informações, da empresa que será vencedora, conforme o formato de disputa da Licitação, na qual o mesmo, será determinado pelo Setor de Compras e Licitações, conforme demanda da Administração pública.

Como levantado na planilha orçamentária feita pelo setor de Engenharia de Apiacá, foi feito o levantamento de todos os itens necessários para a construção da quadra, chegando ao valor total orçado de R\$412.782,37 (quatrocentos e doze mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos) pelas tabelas referenciais DER-ES e SINAPI com data base de fevereiro de 2024.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O Município de Apiacá/ES tem por vontade, construir a quadra para benefício da população como um todo, e para incentivar ainda mais a prática de esportes no Município.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de contratação por etapa cumprida da obra será da seguinte forma:

canteiro de obras – R\$ 38.830,32

Muro – R\$ 12.757,09

Pisos – R\$ 78.640,30

Pintura – R\$ 51.452,62

Instalações Elétricas – R\$ 20.494,96

Instalações Hidrossanitários – R\$ 682,35

Calçada – R\$ 14.892,47

Serviços Complementares – R\$ 166.126,92

Administração Local – 28.905,34

Valor total da Contratação aproximadamente é de R\$ 412.782,37 (quatrocentos e doze mil e setecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos).



6. TEMPO QUE A SOLUÇÃO DEVERÁ FICAR DISPONÍVEL À ADMINISTRAÇÃO

A prestação de serviços a serem executados serão de 180 dias, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação da empresa para a Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES será feita através de licitação, e a modalidade da mesma será determinada pelo setor de Licitações e/ou algum setor da Administração Pública.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Como se trata de objeto específico de prestação de serviço a ser efetuado por empresa específica, serão realizadas uma ou mais medições para o pagamento da empresa, podendo desta forma gerar um ou mais pagamentos.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada com o planejamento da Secretaria de esportes Municipal, uma vez que está contratação será pontual, com início dado a sua ordem de serviço, e por fim, com a execução total dos serviços listados na planilha orçamentária.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

O Município de Apiacá/ES tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e a razoabilidade da contratação de empresa especializada para construção da Quadra, destinado a atender às necessidades relacionadas ao lazer, esportes e atividades físicas da comunidade, além de melhorias nas instalações elétricas e hidrosanitárias; melhorias de acessibilidade; e por fim melhorias na cobertura.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS



A gestão das providências a serem adotadas pela Administração, será realizada através do controle da emissão das notas de empenho, autorização de fornecimento e do recebimento das notas fiscais pelos fornecedores, bem como do acompanhamento das medições que será realizado por um servidor da Coordenadoria de Engenharia desta Municipalidade.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços, devendo ainda estimular as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, pautados nos seguintes pressupostos e exigências:

- Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
- Promover a reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades;
- Referente à natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

13. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares indicam que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.

Diante do exposto o setor responsável declara ser viável a contratação da solução pretendida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Apiacá-ES, 12 de julho de 2024.

RAFAEL RAPOZO BERNARDES
Coordenador de Engenharia – P.M. Apiacá-ES



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

Nº _____/2024-PMA

Proc. nº 2465/2024;

ID CidadES TCE-ES nº 2024.008E0700001.01.0011;

Concorrência Eletrônica nº 004/2024;

Lei nº 14.133/2021;

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES E A
EMPRESA

DAS PARTES:

I - MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo - Centro - Apiacá-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.604/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Fabrício Gomes Thebaldi, doravante denominado **CONTRATANTE**;

II -, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na – CEP.:, representada por, CPF nº e RG nº, doravante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II):

1.1 O objeto do presente instrumento é a (o) **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 941528/2023**, nas condições estabelecidas nos anexos do Edital da **Concorrência Eletrônica nº 004/2024**, Processo Administrativo nº 2465/2024, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2023, além da legislação municipal sobre o tema.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5 O regime de execução é o **de empreitada por preço global**.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **210 (duzentos e dez) dias** contados do (a) assinatura do presente instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, encerrando-se em de de 20.....

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência e demais anexos ao Edital do certame licitatório**.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V):

5.1 O valor total da contratação é de **RS..... (.....)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1 O pagamento será efetuado no prazo estimado de 30(trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais **elaboradas com base no SINAPI do mês fevereiro/2024**.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INCC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).



7.4.1 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6 Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.



8.17 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.18 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Sector de Compras, Licitações e Contratos

- 9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

comunicação.

9.33 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.34 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.39.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

competente, conforme o caso.

9.39.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água,



esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita nas alíneas “b”, “c”, “f” e “g” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “h” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de



2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – 080001.2781200181.014 – Construção, Reforma e Conservação de Quadras Poliesportivas e Espaços Esportivos – Ficha 00284 – Fonte de Recurso 170100000005.

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 As cláusulas e demais condições do presente contrato serão fiscalizadas pelo (a) seguinte funcionário (a), independentemente de nomeação:

Nome: _____;

CPF: _____.

15.2 O (A) fiscal acima declara expressamente que acompanhará a execução contratual, nos termos da Lei, estando ciente das obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES:

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO:

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º):

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Apiacá-ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Apiacá-ES, de de 2024.

MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES

Representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Fabício Gomes Thebaldi

CONTRATANTE

.....
Representada por

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300
Setor de Compras, Licitações e Contratos

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1 - Nome: _____.

CPF nº: _____.

2 - Nome: _____.

CPF nº: _____.





PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



Usuário: FABRICIO GOMES THEBALDI
CPF: 024.616.387-99

Cadastramento
Cadastrros
Verificação de Regularidade

Programas
Acomp. e Fiscalização

Propostas
Prestação de Contas

Execução
Administração

Inf. Gerenciais
TCE

09/08/2024 14:36 - v.3.10.1-b14960215

Sair do Sistema



Projeto Básico / Termo de Referência

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

Instrumento 941528

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

27.165.604/0001-44 - MUNICIPIO DE APIACA

Voltar

Versão: 4

Dados BásicosAnexosResponsável TécnicoDocumentação ComplementarQCIPO/CFFLAE SPAQuadro Resumo

VOLTAR

Planilha Orçamentária

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
1	—	Canteiro de Obras							R\$ 38.830,32	
1.1	SINAPI - 103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	8,00	M2	R\$ 306,23	R\$ 306,23	22,13 %	R\$ 374,00	R\$ 2.992,00	
1.2	SINAPI - 104895	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE	10,90	M2	R\$ 752,78	R\$ 752,78	22,13 %	R\$ 919,37	R\$ 10.021,13	
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_01/2024_PE								
1.3	Outros - 020339 DER-ES	Locação de andaime metálico para trabalho em fachada de edifício (aluguel de 1 m² por 1 mês) inclusive frete, montagem e desmontagem	10,00	M2	R\$ 21,45	R\$ 21,45	22,13 %	R\$ 26,20	R\$ 262,00	<div>🔍</div>
1.4	SINAPI - 104897	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_01/2024_PE	10,90	M2	R\$ 1.051,73	R\$ 1.051,73	22,13 %	R\$ 1.284,48	R\$ 14.000,83	<div>🔍</div>
1.5	SINAPI - 98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_05/2018	84,40	M2	R\$ 112,09	R\$ 112,09	22,13 %	R\$ 136,90	R\$ 11.554,36	<div>🔍</div>
2	—	Muro							R\$ 12.757,09	
2.1	SINAPI - 96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA	14,56	M3	R\$ 84,83	R\$ 84,83	22,13 %	R\$ 103,60	R\$ 1.508,42	<div>🔍</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024								
2.2	SINAPI - 93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	8,74	M3	R\$ 25,02	R\$ 25,02	22,13 %	R\$ 30,56	R\$ 267,09	<div>Q</div>
2.3	SINAPI - 94966	CONCRETO FCK = 30MPa, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	5,46	M3	R\$ 508,82	R\$ 508,82	22,13 %	R\$ 621,42	R\$ 3.392,95	<div>Q</div>
2.4	SINAPI - 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	9,87	KG	R\$ 17,61	R\$ 17,61	22,13 %	R\$ 21,51	R\$ 212,30	<div>Q</div>
2.5	SINAPI - 92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	194,09	KG	R\$ 14,88	R\$ 14,88	22,13 %	R\$ 18,17	R\$ 3.526,62	<div>Q</div>
2.6	SINAPI - 92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	81,00	KG	R\$ 17,28	R\$ 17,28	22,13 %	R\$ 21,10	R\$ 1.709,10	<div>Q</div>
2.7	SINAPI - 103357	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA	37,80	M2	R\$ 46,37	R\$ 46,37	22,13 %	R\$ 56,63	R\$ 2.140,61	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		HORIZONTAL DE 9X19X29 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021								
3	—	Pisos							R\$ 78.640,30	
3.1	Composição - COMPOSIÇÃO 01	Piso quadra poliesp. fck=25MPa, esp.=10 cm, armado c/ tela Q138, concret camada única	385,28	M2	R\$ 128,67	R\$ 128,67	22,13 %	R\$ 157,14	R\$ 60.542,90	<div>Q</div>
		bombeável c/brita n. 1, acab. sup. c/ rotoalizador, juntas c/ corte serra diamant. preench. c/ mastique e resina endur								
3.2	Outros - 200702 DER-ES	Piso quadra poliesp. fck=25MPa, esp.=10 cm, armado c/ tela Q138, concret camada única	64,00	M2	R\$ 138,95	R\$ 138,95	22,13 %	R\$ 169,70	R\$ 10.860,80	<div>Q</div>
		bombeável c/ brita n. 1, acab. sup. c/ rotoalizador, juntas c/ corte serra diamant. preench. c/ mastique, base 5cm solo brita 30% e resina endur								
3.3	Outros - 200714 DER-ES	Preparo, regularização e compactação do terreno (compactador manual) para execução de piso de quadra	64,00	M2	R\$ 16,75	R\$ 16,75	22,13 %	R\$ 20,46	R\$ 1.309,44	<div>Q</div>
3.4	SINAPI - 94965	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/	3,60	M3	R\$ 492,25	R\$ 492,25	22,13 %	R\$ 601,18	R\$ 2.164,25	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021								
3.5	SINAPI - 92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	148,08	KG	R\$ 14,88	R\$ 14,88	22,13 %	R\$ 18,17	R\$ 2.690,61	<div>Q</div>
3.6	SINAPI - 92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	50,82	KG	R\$ 17,28	R\$ 17,28	22,13 %	R\$ 21,10	R\$ 1.072,30	<div>Q</div>
4	—	Pintura Inicial							R\$ 7.716,10	
4.1	SINAPI - 98547	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	28,80	M2	R\$ 219,37	R\$ 219,37	22,13 %	R\$ 267,92	R\$ 7.716,10	<div>Q</div>
5	—	Instalações Elétricas Inicial							R\$ 14.303,60	
5.1	SINAPI - 101499	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 25 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	1,00	UN	R\$ 1.759,15	R\$ 1.759,15	22,13 %	R\$ 2.148,45	R\$ 2.148,45	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
5.2	SINAPI - 97359	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA COM 8 MEDIDORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	1,00	UN	R\$ 3.137,66	R\$ 3.137,66	22,13 %	R\$ 3.832,02	R\$ 3.832,02	<div>Q</div>
5.3	SINAPI - 93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	3,00	UN	R\$ 53,69	R\$ 53,69	22,13 %	R\$ 65,57	R\$ 196,71	<div>Q</div>
5.4	SINAPI - 91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	321,30	M	R\$ 6,13	R\$ 6,13	22,13 %	R\$ 7,49	R\$ 2.406,54	<div>Q</div>
5.5	SINAPI - 91873	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	107,10	M	R\$ 19,83	R\$ 19,83	22,13 %	R\$ 24,22	R\$ 2.593,96	<div>Q</div>
5.6	Outros - 151802 DER-ES	Ponto padrão de luz na parede - considerando eletroduto PVC rígido de 3/4" inclusive conexões (4.5m), fio isolado PVC de 2.5mm2 (16.2m) e caixa pvc 4x2" (1 und)	14,00	UN	R\$ 182,82	R\$ 182,82	22,13 %	R\$ 223,28	R\$ 3.125,92	<div>Q</div>
6	—	Instalações Hidrossanitárias Inicial							R\$ 399,34	
6.1	SINAPI - 95635	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM	1,00	UN	R\$ 249,63	R\$ 249,63	22,13 %	R\$ 304,87	R\$ 304,87	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		PVC SOLDÁVEL DN 25 (¾") FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_11/2016								
6.2	SINAPI - 89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	3,50	M	R\$ 22,10	R\$ 22,10	22,13 %	R\$ 26,99	R\$ 94,47	<div>Q</div>
7	—	Pintura Final							R\$ 43.736,52	
7.1	SINAPI - 102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	315,00	M	R\$ 10,72	R\$ 10,72	22,13 %	R\$ 13,09	R\$ 4.123,35	<div>Q</div>
7.2	SINAPI - 102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	433,44	M2	R\$ 64,26	R\$ 64,26	22,13 %	R\$ 78,48	R\$ 34.016,37	<div>Q</div>
7.3	SINAPI - 88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_06/2014	91,58	M2	R\$ 3,83	R\$ 3,83	22,13 %	R\$ 4,68	R\$ 428,59	<div>Q</div>
7.4	SINAPI - 88423	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_06/2014	91,58	M2	R\$ 19,20	R\$ 19,20	22,13 %	R\$ 23,45	R\$ 2.147,55	<div>Q</div>
7.5	SINAPI - 87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE	55,58	M2	R\$ 39,37	R\$ 39,37	22,13 %	R\$ 48,08	R\$ 2.672,29	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	


Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014								
7.6	SINAPI - 87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	55,58	M2	R\$ 4,44	R\$ 4,44	22,13 %	R\$ 5,42	R\$ 301,24	<div>Q</div>
7.7	SINAPI - 102491	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	1,88	M2	R\$ 20,53	R\$ 20,53	22,13 %	R\$ 25,07	R\$ 47,13	<div>Q</div>
8	—	Instalações Hidrossanitárias Final							R\$ 283,01	
8.1	SINAPI - 86913	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	1,00	UN	R\$ 43,65	R\$ 43,65	22,13 %	R\$ 53,31	R\$ 53,31	<div>Q</div>
8.2	Outros - 071105 DER-ES	Grade de ferro em barra chata, inclusive chumbamento	0,12	M2	R\$ 334,23	R\$ 334,23	22,13 %	R\$ 408,20	R\$ 48,98	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
8.3	SINAPI - 95675	HIDRÔMETRO DN 25 (¾), 5,0 M³/H FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016	1,00	UN	R\$ 147,97	R\$ 147,97	22,13 %	R\$ 180,72	R\$ 180,72	<div>Q</div>
9	—	Instalações Elétricas Final							R\$ 6.191,36	
9.1	SINAPI - 97601	REFLETOR EM ALUMÍNIO, DE SUPORTE E ALÇA, COM LÂMPADA VAPOR DE MERCÚRIO DE 250 W, COM REATOR ALTO FATOR DE POTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	14,00	UN	R\$ 362,11	R\$ 362,11	22,13 %	R\$ 442,24	R\$ 6.191,36	<div>Q</div>
10	—	Calçada							R\$ 14.892,47	
10.1	SINAPI - 93680	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	147,87	M2	R\$ 81,15	R\$ 81,15	22,13 %	R\$ 99,11	R\$ 14.655,40	<div>Q</div>
10.2	SINAPI - 94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	0,19	M3	R\$ 492,25	R\$ 492,25	22,13 %	R\$ 601,18	R\$ 114,22	<div>Q</div>
10.3	SINAPI - 92769	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50	6,10	KG	R\$ 16,49	R\$ 16,49	22,13 %	R\$ 20,14	R\$ 122,85	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022								
11	—	Serviços Complementares							R\$ 166.126,92	
11.1	Outros - 200707 DER-ES	Trave para futebol de salão de tubo de ferro galvanizado 3", com recuo, removível, dimensões oficiais 3x2m	2,00	UN	R\$ 1.739,17	R\$ 1.739,17	22,13 %	R\$ 2.124,05	R\$ 4.248,10	<div>Q</div>
11.2	Outros - 200713 DER-ES	Rede para futebol de salão	2,00	UN	R\$ 153,71	R\$ 153,71	22,13 %	R\$ 187,73	R\$ 375,46	<div>Q</div>
11.3	Outros - 200709 DER-ES	Tabela de basquete de madeira, com aro, inclusive colocação	2,00	UN	R\$ 991,53	R\$ 991,53	22,13 %	R\$ 1.210,96	R\$ 2.421,92	<div>Q</div>
11.4	Outros - 200706 DER-ES	Suporte para tabela de basquete de concreto armado Fck = 15MPa, inclusive forma, armação, lançamento e desforma	2,00	UN	R\$ 3.552,27	R\$ 3.552,27	22,13 %	R\$ 4.338,39	R\$ 8.676,78	<div>Q</div>
11.5	Outros - 200708 DER-ES	Conjunto de poste de voleibol de tubo de ferro galvanizado 3"e parte móvel de 21/2", inclusive carretilha, furo com tubo de ferro galvanizado de 31/2"e tampão de furo	1,00	UN	R\$ 1.605,69	R\$ 1.605,69	22,13 %	R\$ 1.961,03	R\$ 1.961,03	<div>Q</div>
11.6	Outros - 210304 DER-ES	Banco de concreto armado aparente Fck=15 MPa, com apoios de concreto, largura de 45cm, espessura de 7cm e altura de 45cm	3,78	M	R\$ 213,75	R\$ 213,75	22,13 %	R\$ 261,05	R\$ 986,77	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
11.7	SINAPI - 103314	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	42,00	M2	R\$ 258,08	R\$ 258,08	22,13 %	R\$ 315,19	R\$ 13.237,98	<div>🔍</div>
11.8	Outros - 200101 DER ES	Alambrado c/ tela losangular de arame fio 12 malha 2" revest. em PVC com tubo de ferro galvanizado vertical de 2 1/2" e horizontal de 1" incl. portão, pintados com esmalte sobre fundo anticorrosivo	484,45	M2	R\$ 217,44	R\$ 217,44	22,13 %	R\$ 265,56	R\$ 128.650,54	<div>🔍</div>
11.9	SINAPI - 103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	4,94	M2	R\$ 16,33	R\$ 16,33	22,13 %	R\$ 19,94	R\$ 98,50	<div>🔍</div>
11.10	Outros - 200511 DER-ES	Banco de concreto aparente com tampo de 40x40x5 cm e base de 20x20x36 cm para mesa de jogos, conforme detalhe em projeto	16,00	UN	R\$ 153,21	R\$ 153,21	22,13 %	R\$ 187,12	R\$ 2.993,92	<div>🔍</div>
11.11	Outros - 200512 DER-ES	Mesa de concreto aparente com tampo de 60x60x5 cm, base de 30x30x75 cm e tabuleiro 40x40cm embutido no concreto, feito com pastilhas de mármore	4,00	UN	R\$ 454,99	R\$ 454,99	22,13 %	R\$ 555,68	R\$ 2.222,72	<div>🔍</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total	Ações
		branco e granito preto de 5x5x2cm conf. Projeto								
11.13	Outros - 200705 DER-ES	Rede para voleibol com malha grossa, faixas de lona superior e inferior	1,00	UN	R\$ 207,32	R\$ 207,32	22,13 %	R\$ 253,20	R\$ 253,20	<div>Q</div>
12	—	Administração Local							R\$ 28.905,34	
12.1	Composição - CPA	Administração Local	1,00	UN	R\$ 23.667,68	R\$ 23.667,68	22,13 %	R\$ 28.905,34	R\$ 28.905,34	<div>Q</div>
Total:									R\$ 412.782,37	
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00	



Rafael Rapozo Bernardes

CREA-RJ 2016121331/D

Visto-ES 20160886



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO VI

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

Obra:	Construção da Quadra no Município de Apiacá
Proprietário:	PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES
Endereço:	Avenida Carolina Silveira, Apiacá-ES
Responsável:	Rafael Rapozo Bernardes – Engenheiro Civil – CREA-RJ 2016121331

SERVIÇOS PRELIMINARES

- a) Limpeza do terreno: O terreno destinado à obra deverá ser limpo de todo e qualquer entulho que possa prejudicar os serviços.
- b) Placas de obra: A CONTRATADA ficará incumbida de providenciar as placas de obras e dos responsáveis pela execução.

1. CANTEIRO DE OBRAS

- ➔ Será executado a confecção de uma placa de obra nas dimensões de 8,00 m².
- ➔ Além da placa de obra, o canteiro deverá contar com as seguintes instalações:
 - a) Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira na dimensão de 8,00 m²
 - b) Composição paramétrica de execução de almoxarifado em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos, na dimensão de 10,90 m²;
 - c) Locação de andaime metálico para trabalho em fachada de edifício na dimensão de 10,00 m².
 - d) Composição paramétrica de execução de sanitário e vestiário em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário, na dimensão de 10,90 m²;
 - e) Execução de tapume com telha metálica na dimensão de 84,40 m²;
- ➔ Para a Administração local da obra, será contratado os seguintes profissionais:
 - f) 52 horas de engenheiro civil de obra pleno com encargos complementares; e
 - g) 180 horas de encarregado geral com encargos complementares.

2. MURO

- No item 2.1 foi planilhado a escavação manual para bloco de coroamento ou sapata (incluindo escavação para colocação de fôrmas). Esse item refere-se a fundação que será construída para o muro de divisa entre a quadra e o vizinho.

- Reaterro manual de valas, com compactador de solos de percussão, para realizar o reaterro das sapatas, após concretagem.
- Para a concretagem de tudo referente ao muro, foi planilhado o tópico, concreto fck = 30mpa, traço 1:2,1:2,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l.
- Para as armações e estribos:
 - Armação de bloco, viga baldrame ou sapata utilizando aço ca-50 de 10 mm - montagem.
 - Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 10,0 mm - montagem.
 - Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem.
- Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x29 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo manual nesse tópico será usado alvenaria de vedação de blocos para assentamento do muro em vãos de 7 metros.

3. PISOS

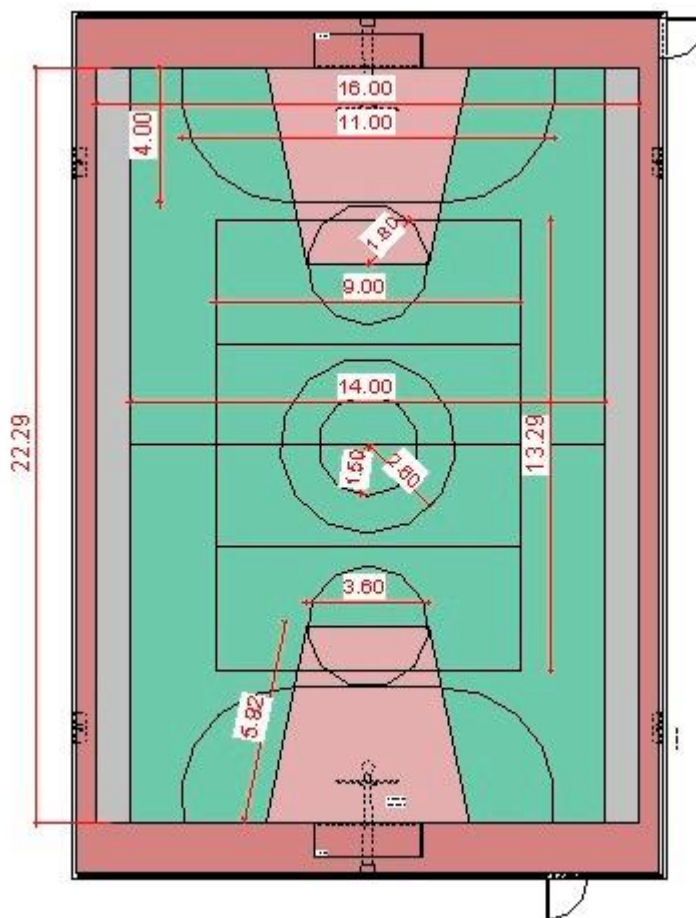
- É necessário para o início da construção da quadra o preparo, regularização e compactação do terreno para assim, realizar a execução do piso da quadra;
- Para a execução do piso total da quadra, foi planilhado o item que por sinal está bem completo: Piso quadra poliesp. fck=25MPa, com uma espessura de 10 cm, feito armado com tela Q138, concretado com uma camada única bombeável inclusa de brita nº 1, acabamento superficial utilizando de rotoalisador, juntas de dilatação com corte serra diamantado e um preenchimento com mastique, e por fim, uma base de 5cm de solo brita com 30% e resina com endurecedor.
- Tanto para a viga que será feita ao redor da quadra quanto para a rampa de acessibilidade na praça, é necessário o tópico de concreto fck = 25MPa com traço de 1:2,3:2,7 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1), o preparo do concreto será de forma mecânica com betoneira de 400L.
- Como o concreto para a construção desses tópicos precisa ser armado, para melhor resistência a impacto, foi planilhado os seguintes itens:

- Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 10,0 mm - montagem.
- Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-60 de 5,0 mm - montagem.
- Para a rampa - Armação de laje de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem.
- Para finalizar o piso geral da quadra, será realizado a execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular colorido de 20 x 10 cm com espessura de 6 cm no piso da praça.

4. PINTURA

- Para os Itens de acabamento do muro da quadra, serão planilhados os seguintes tópicos:
 - Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. Argamassa traço 1:3 com preparo manual.
 - impermeabilização de superfície com manta asfáltica, duas camadas, inclusive aplicação de primer asfáltico, e=3mm e e=4mm, como informado no memorial de cálculo foi usado uma altura de 1,00 metro para impermeabilização com o primer asfáltico.
 - Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em paredes internas de ambientes com área entre 5m² e 10m², e = 17,5mm, com taliscas.
 - Para a pintura do muro será feito a aplicação manual de fundo selador acrílico em paredes externas de casas.
 - E será feito a aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em paredes externas de casas, uma cor
- Para a pintura da rampa de acesso foi planilhado o item pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador
- Para os Itens de acabamento da quadra, serão planilhados os seguintes tópicos:

- Neste subtópico foi elaborado um item de pintura para as faixas da quadra de malha, que é o item “pintura de demarcação de quadra poliesportiva com tinta epóxi, e = 5 cm, aplicação manual.”; e



- ➔ Eletroduto rígido roscável, PVC, DN 40 mm (1 1/4"), para circuitos terminais, instalado em parede - fornecimento e instalação;
- ➔ cabo de cobre flexível isolado, 4 mm², antichama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação
- ➔ 14 - Ponto padrão de luz na parede - considerando eletroduto PVC rígido de 3/4" inclusive conexões (4.5m), fio isolado PVC de 2.5mm² (16.2m) e caixa pvc 4x2" (1 und).

6. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Para a parte hidrossanitária da construção serão planilhados os seguintes itens:

- ➔ 01 kit cavalete para medição de água - entrada principal, em pvc soldável dn 25 mm (3/4") fornecimento e instalação (exclusive hidrômetro).
- ➔ 01 torneira cromada 1/2 ou 3/4 para tanque, padrão popular - fornecimento e instalação;
- ➔ 3,50 metros de tubo, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação.
- ➔ 0,12 m² de Grade de ferro em barra chata, inclusive chumbamento, para envolver a torneira.
- ➔ 01 hidrômetro dn 3/4", 5,0 m³/h - fornecimento e instalação.

7. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Foi planilhado também diversos objetos voltados a prática de esportes, que são eles:

- ➔ Trave para futebol de salão de tubo de ferro galvanizado 3", com recuo, removível, dimensões oficiais 3x2m;
- ➔ Rede para futebol de salão;
- ➔ Tabela de basquete de madeira, com aro, inclusive colocação, necessário ser confeccionada com material de compensado naval.
- ➔ Suporte para tabela de basquete de concreto armado fck = 15mpa, inclusive forma, armação, lançamento e desforma;
- ➔ Conjunto de poste de voleibol de tubo de ferro galvanizado 3" e parte móvel de 2 1/2", inclusive carretilha, furo com tubo de ferro galvanizado de 3 1/2" e tampão de furo.

E por fim, os seguintes serviços na praça e quadra:

- Banco de concreto armado aparente Fck=15 MPa, com apoios de concreto, largura de 45cm, espessura de 7cm e altura de 45cm;
- Instalação de pergolado de madeira, em maçaranduba, angelim ou equivalente da região, fixado com concreto sobre piso de concreto existente;
- Alambrado com tela losangular de arame, fio 12 malha 2" revestimento em PVC com tubo de ferro galvanizado vertical de 2 1/2" e horizontal de 1" incluso. portão, pintados com esmalte sobre fundo anticorrosivo
- Plantio de grama esmeralda ou são Carlos ou curitibana, em placas;
- Banco de concreto aparente com tampo de 40x40x5 cm e base de 20x20x36 cm para mesa de jogos, conforme detalhe em projeto;
- Mesa de concreto aparente com tampo de 60x60x5 cm, base de 30x30x75 cm e tabuleiro 40x40cm embutido no concreto, feito com pastilhas de mármore branco e granito preto de 5x5x2cm conforme o Projeto.
- Rede de proteção em nylon malha 10x10 cm para proteção de quadra de esportes.
- Rede para voleibol com malha grossa, faixas de lona superior e inferior.

8.JUSTIFICATIVA

A construção da quadra foi projetada para levar o esporte que é um meio de ação social para a população afim de atender o município, e levar o entretenimento para todos as pessoas de diversas idades.

A obra deverá ser entregue acabada, limpa e livre de qualquer entulho decorrente de sua construção.

9.ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA)

Fica a cargo do responsável pela empresa Contratada a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução para este tipo de obra.

a) Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA, e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados, devendo a empresa estar habilitada a executar os serviços objeto desta Licitação;

OBS¹: No caso de a empresa ou o responsável técnico forem registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU de outro estado que não do Estado do Espírito Santo, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato;

b) Comprovação da empresa possuir(em) em seu quadro permanente na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica; fornecido(s) por pessoa jurídica de direito

público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) CAT (Certificado de Atestado Técnico) emitido(s) pelo CREA e/ou CAU, que comprove possuir o(s) referido(s) profissional(is) experiência comprovada na execução de serviços compatíveis aos objeto deste Termo de Referência, considerados de relevância técnica e econômica conforme a seguir:


b.1) Pisos de Quadras de Esportes;

b.2) Pinturas epóxis de Quadra de Esportes; e

b.3) Alambrado para quadra poliesportiva.

10.OBSERVAÇÕES

- a) Toda mão de obra será por parte da EMPRESA CONTRATADA;
- b) Deverão ser executados todos os serviços previstos no memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, incluindo-se materiais e mão-de-obra;
- c) A fiscalização da obra fica por parte da Secretaria de Obras do Município, Secretaria de Esportes do Município, e caso necessite por parte da Coordenadoria de Engenharia da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES.

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL RAPOZO BERNARDES**
Data: 07/06/2024 15:14:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAEL RAPOZO BERNARDES

Coordenador de Engenharia – P.M. Apiacá-ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO VII

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



Usuário: FABRICIO GOMES THEBALDI
CPF: 024.616.387-99

Cadastramento
Cadastros
Verificação de Regularidade

Programas
Acomp. e Fiscalização

Propostas
Prestação de Contas

Execução
Administração

Inf. Gerenciais
TCE

09/08/2024 14:36 - v.3.10.1-b14960215

Sair do Sistema

Acesso à Informação

Projeto Básico / Termo de Referência

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

Instrumento 941528

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

27.165.604/0001-44 - MUNICIPIO DE APIACA

Voltar

Versão: 4

Dados BásicosAnexosResponsável TécnicoDocumentação ComplementarQCIPO/CFFLAESPAQuadro Resumo

Dados GeraisEventosFrentes de ObraPOPLQCFF

VOLTAR

Visão das Frentes de Obra por Evento

Nº do Evento	Título do Evento	Nº da Frente de Obra	Frente de Obra	Nº do Período de Conclusão do Evento
1	CANTEIRO DE OBRAS	—	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	1
2	MURO	—	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	2
3	PISOS	—	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	3
4	PINTURA INICIAL	—	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	3
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INICIAL	—	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	4
6	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS INICIAL	—	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	4

Nº do Evento	Título do Evento		Nº da Frente de Obra	Frente de Obra	Nº do Período de Conclusão do Evento
7	PINTURA FINAL	—	1	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	6
8	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS FINAL	—	1	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	5
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS FINAL	—	1	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	5
10	CALÇADA	—	1	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	5
11	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	—	1	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	6
12	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	—	1	Construção de uma Quadra no Município de Apiacá-ES	6

Cronograma Físico-Financeiro

Nº do Período de Conclusão do Evento	Percentual Parcela	Valor Parcela	Percentual Acumulado	Valor Acumulado
1	9,41%	R\$ 38.830,32	9,41%	R\$ 38.830,32
2	3,09%	R\$ 12.757,09	12,50%	R\$ 51.587,41
3	20,92%	R\$ 86.356,40	33,42%	R\$ 137.943,81
4	3,56%	R\$ 14.702,94	36,98%	R\$ 152.646,75
5	5,18%	R\$ 21.366,84	42,16%	R\$ 174.013,59
6	57,84%	R\$ 238.768,78	100,00%	R\$ 412.782,37



Rafael Rapozo Bernardes
CREA-RJ 2016121331/D
Visto-ES 20160886



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO VIII

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

COMPOSIÇÃO 01									
1428101 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES JANEIRO/2024(LS=157,27; BDI=0%)									
Órgão Cliente: DER-ES			Órgão Gerente: DER-ES			Data Base: Janeiro/2024			
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES JANEIRO/2024(LS=157,27; BDI=0%)									
Item: 200702 - Piso quadra poliesp. fck=25MPa, esp.=10 cm, armado c/ tela Q138, concret camada única bombeável c/ brita n. 1, acab. sup. c/ rotoalisador, juntas c/ corte serra diamant. preench. c/ mastique e resina endur								Unidade: m2	
Base: LABOR		Código Base: '200702		Fonte: LABOR			Versão: 8		
MÃO DE OBRA	Unid	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	'010101	0,0946	1	7,46	0	R\$ 19,19	-	R\$ 1,82
ARMADOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	'010121	0,066	1	8,84	0	R\$ 22,74	-	R\$ 1,50
CARPINTEIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	'010111	0,0286	1	8,84	0	R\$ 22,74	-	R\$ 0,65
OPERADOR DE MAQUINAS AUXILIARES (OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I - SINDICOPES) (LABOR)	H	'010157	0,01666666	1	9,61	0	R\$ 24,72	-	R\$ 0,41
PEDREIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	'010139	0,3034	1	8,84	0	R\$ 22,74	-	R\$ 6,90
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	'010146	0,4054	1	6,56	0	R\$ 16,88	-	R\$ 6,84
								SubTotal:	R\$ 18,12

MATERIAL	Unid	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
BOMBEAMENTO DE CONCRETO (LABOR)	M3	'028001	0,105	1	46,25	0	R\$ 46,25	-	R\$ 4,86
CONCRETO USINADO FCK 25 MPA BRITA 0+1 ABATIMENTO 100 +/- 20MM (LABOR)	M3	'020567	0,111	1	500,4	0	R\$ 500,40	-	R\$ 55,54
CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA COMERCIAL, BAIXA TENSÃO CONSUMO ATE 100KWH, INCLUIDO ICMS, PIS/PASEP E CONFINS (LABOR)	KWH	'049967	0,0125	1	0,93	0	R\$ 0,93	-	R\$ 0,01
DESMOLDANTE PARA FORMAS (LABOR)	L	'028008	0,0088	1	17,25	0	R\$ 17,25	-	R\$ 0,15
GASOLINA COMUM (LABOR)	L	'800102	0,01716666	1	5,43	0	R\$ 5,43	-	R\$ 0,09
LONA PLASTICA PRETA 80 MICRAS (LABOR)	M2	'024116	1,2	1	1,14	0	R\$ 1,14	-	R\$ 1,37
MAQ. CORTAR ASFALTO/CONCRETO - REF TABELA SINAPI (LABOR)	H	'950102	0,178	1	10,12	0	R\$ 10,12	-	R\$ 1,80
MAQUINA ELETRICA P/ POLIMENTO PISO - REF TAB SINAPI (LABOR)	H	'950101	1,78	1	3,13	0	R\$ 3,13	-	R\$ 5,57
PREGO 18X27 (LABOR)	KG	'026569	0,0033	1	14,69	0	R\$ 14,69	-	R\$ 0,05
SARRAFO DE MADEIRA PINUS 10 X 2.5CM (LABOR)	M	'020985	0,011	1	4,08	0	R\$ 4,08	-	R\$ 0,04
SELANTE A BASE DE POLIURETANO SIKAFLEX UNIVERSAL OU EQUIVALENTE (CARTUCHO COM 300ML) (LABOR)	UN	'029337	0,2966663	1	55,17	0	R\$ 55,17	-	R\$ 16,37
SOLO BRITA (LABOR)	M3	'600327	0	0	0	0	R\$ ————	-	R\$ ————
TABUA DE MADEIRA PINUS 30 X 2.5 CM (LABOR)	M	'020988	0,022	1	14,66	0	R\$ 14,66	-	R\$ 0,32

TELA SOLDADA EM AÇO TIPO TELCON Q-138 P/ ARMADURA (LABOR)	M2	'021543	1,03	1	18,84	0	R\$ 18,84	-	R\$ 19,41
SubTotal:									R\$ 105,58

EQUIPAMENTO	Unid	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCURSAO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS DE 4 HP (4 CV) (LABOR)	UND	'081129	0,0000021	1	14.199,81	0	R\$ 14.199,81	-	R\$ 0,03
VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE *45* MM, COM MOTOR ELETRICO TRIFASICO DE 2 HP (2 CV) (LABOR)	UN	'081121	0,0000025	1	3.202,60	0	R\$ 3.202,60	-	R\$ 0,01
SubTotal:									R\$ 0,04

RESUMO

DISCRIMINAÇÃO	TAXA(%)	VALORES
Mão-de-Obra(A)	157,27	R\$ 18,12
Materiais(B)		R\$ 105,58
Equipamentos(C)		R\$ 0,04
Produção da Equipe(D)		R\$ 1,00
Custo Horário Total(A+C)		R\$ 18,16
Custo Unitário da Execução[(A/D)+(C/D)] = E		R\$ 18,16
Custo Direto Total(B+E)		R\$ 123,74
Bonificações e Despesas Indiretas - BDI	0	R\$ -
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		R\$ 123,74



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)		
Órgão Cliente: DER-ES	Órgão Gerente: DER-ES	Data Base: Abril/2024
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)		

Item: 071105 - Grade de ferro em barra chata, inclusive chumbamento							Unidade: m2		
Base: LABOR		Código Base: 071105		Fonte: LABOR			Versão: 2		
MÃO DE OBRA	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
PEDREIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010139	3	1	8,84	0,00	22,74	-	68,220
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	3	1	6,56	0,00	16,88	-	50,640
Subtotal:									118,86
MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AREIA LAVADA MEDIA (LABOR)	M3	020503	0,009485	1	140,00	0,00	140,00	-	1,328
BARRA CHATA DE FERRO ASTM A-36 1/4" X 1" (LABOR)	M	028125	7,522123	1	8,65	0,00	8,65	0,512 IF	98,380
BARRA CHATA DE FERRO ASTM A-36 1/4" X 1.1/4" (LABOR)	M	070276	2,58708	1	10,93	0,00	10,93	0,512 IF	42,755
CAL HIDRATADO P/ ARGAMASSA CH III (LABOR)	KG	020505	0,5642	1	0,87	0,00	0,87	-	0,491
CIMENTO PORTLAND CP III - 40 (LABOR)	KG	020508	2,8484	1	0,56	0,00	0,56	-	1,595
GALVANIZAÇÃO ELETROLITICA (LABOR)	KG	079375	13,64	1	3,43	0,00	3,43	0,512 IF	70,739
Subtotal:									215,29

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	118,86
Materiais (B)		215,29
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		118,86
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		118,86
Custo Direto Total (B+E)		334,15
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		334,15

LEGENDA:
IF - INDICE DE FABRICAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)											
Órgão Cliente: DER-ES			Órgão Gerente: DER-ES				Data Base: Abril/2024				
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)											
Item: 151802 - Ponto padrão de luz na parede - considerando eletroduto PVC rígido de 3/4" inclusive conexões (4.5m), fio isolado PVC de 2.5mm2 (16.2m) e caixa pvc 4x2" (1 und)								Unidade: und			
Base: LABOR		Código Base: 151802		Fonte: LABOR				Versão: 2			
MÃO DE OBRA		Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal	
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)		H	010101		3,042	1	7,46	0,00	19,19	-	58,376
ELETRICISTA (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)		H	010115		3,042	1	8,84	0,00	22,74	-	69,175
Subtotal:										127,55	
MATERIAL		Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal	
ARRUELA DE ALUMINIO FUNDIDO 3/4" - WETZEL OU EQUIVALENTE (LABOR)		UN	048516		2	1	0,70	0,00	0,70	-	1,400
BUCHA DE ALUMINIO FUNDIDO 3/4" C/ ROSCA BSP-WETZEL OU EQUIVALENTE (LABOR)		UN	048502		2	1	1,40	0,00	1,40	-	2,800
CABO FLEX ISOL. TERMOPLAST. 750V - 2,50 MM2 - 70º (LABOR)		M	043005		16,524	1	2,21	0,00	2,21	-	36,518
CAIXA PVC 4 X 2" - IP40 - TIGRE OU EQUIVALENTE (LABOR)		UN	045104		1	1	2,48	0,00	2,48	-	2,480
ELETRODUTO DE PVC RIGIDO 3/4" - ROSCAVEL SEM LUVA (LABOR)		M	042502		3,63	1	3,83	0,00	3,83	-	13,903
Subtotal:										57,10	

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	127,55
Materiais (B)		57,10
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		127,55
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		127,55
Custo Direto Total (B+E)	0%	184,65
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI		0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		184,65



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)									
Órgão Cliente: DER-ES			Órgão Gerente: DER-ES				Data Base: Abril/2024		
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)									
Item: 200101 - Alambrado c/ tela losangular de arame fio 12 malha 2" revest. em PVC com tubo de ferro galvanizado vertical de 2 1/2" e horizontal de 1" incl. portão, pintados com esmalte sobre fundo anticorrosivo								Unidade: m2	
Base: LABOR		Código Base: 200101		Fonte: LABOR			Versão: 3		
MÃO DE OBRA	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	010101	0,0365390	1	7,46	0,00	19,19	-	0,701
PINTOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010140	0,0730781	1	8,84	0,00	22,74	-	1,662
Subtotal:									2,36
MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AGUARRAS MINERAL (LABOR)	L	038001	0,0036539	1	16,71	0,00	16,71	-	0,061
ARAME GALVANIZADO N.14 AWG (LABOR)	M	027020	0,6236656	1	0,46	0,00	0,46	0,52 IF	0,436
ESMALTE SINTETICO BRANCO FOSCO - LINHA PREMIUM (LABOR)	L	037502	0,0328851	1	43,35	0,00	43,35	-	1,426
GONZO DIAM 1" (MACHO/FEMEA) PARA PORTÃO (DE SOBREPOR) (LABOR)	PAR	035211	0,029246	1	16,68	0,00	16,68	0,52 IF	0,742
LIXA P/ FERRO Nº 100 K-246 225X275MM - NORTON OU EQUIVALENTE (LABOR)	UN	038012	0,0456738	1	3,15	0,00	3,15	-	0,144
PORTA CADEADO E CADEADO 40MM (LABOR)	UN	034384	0,0048744	1	47,40	0,00	47,40	0,52 IF	0,351
TELA DE ARAME GALV. MALHA # 2" LOSANGULAR - FIO N.12 BWG - REVEST EM PVC (LABOR)	M2	027546	0,9907384	1	53,31	0,00	53,31	0,52 IF	80,280
TRINCO REDONDO VERTICAL FERRO GALVANIZADO 15CM (LABOR)	UN	079374	0,0048744	1	48,31	0,00	48,31	0,52 IF	0,357
TUBO ACO GALV 76,10 X 3,75MM (2.1/2") DIN 2440 - MEDIO (LABOR)	M	071270	0,6480136	1	97,36	0,00	97,36	0,52 IF	95,898
TUBO ACO GALV. 33,70 X 3,35MM (1") DIN 2440 - MEDIO (LABOR)	M	070350	0,6516207	1	34,88	0,00	34,88	0,52 IF	34,548
ZARCAO (LABOR)	L	038028	0,0200964	1	31,80	0,00	31,80	-	0,639
Subtotal:									214,88

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	2,36
Materiais (B)		214,88
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		2,36
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		2,36
Custo Direto Total (B+E)		217,24
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		217,24

LEGENDA:
IF - INDICE DE FABRICAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200511 - Banco de concreto aparente com tampo de 40x40x5 cm e base de 20x20x36 cm para mesa de jogos, conforme detalhe em projeto **Unidade:** und

Base: LABOR

Código Base: 200511

Fonte: LABOR

Versão: 3

MÃO DE OBRA	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	010101	1,1685	1	7,46	0,00	19,19	-	22,424
ARMADOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010121	0,156	1	8,84	0,00	22,74	-	3,547
CARPINTEIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010111	1,0125	1	8,84	0,00	22,74	-	23,024
PEDREIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010139	0,178	1	8,84	0,00	22,74	-	4,048
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	0,646	1	6,56	0,00	16,88	-	10,904
Subtotal:									63,95

MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
ACO CA-50 DE 8.0MM (LABOR)	KG	021517	2,2425	1	6,75	0,00	6,75	-	15,137
ARAME RECOZIDO N.18 BWG (LABOR)	KG	027010	0,039	1	13,70	0,00	13,70	-	0,534
AREIA LAVADA MEDIA (LABOR)	M3	020503	0,028666	1	140,00	0,00	140,00	-	4,013
BRITA 1 (LABOR)	M3	020517	0,011625	1	163,20	0,00	163,20	-	1,897
BRITA 2 (LABOR)	M3	020518	0,027183	1	163,20	0,00	163,20	-	4,436
CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA ESP. 12MM (LABOR)	M2	021033	0,3225	1	49,86	0,00	49,86	-	16,080
CIMENTO PORTLAND CP III - 40 (LABOR)	KG	020508	13,2489	1	0,56	0,00	0,56	-	7,419
CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA COMERCIAL, BAIXA TENSÃO CONSUMO ATÉ 100KWH, INCLUIDO ICMS, PIS/PASEP E CONFINS (LABOR)	KWH	049967	0,0365925	1	0,89	0,00	0,89	-	0,033
DESMOLDANTE PARA FORMAS (LABOR)	L	028008	0,075	1	19,83	0,00	19,83	-	1,487
PONTALETE DE MADEIRA BRUTA DE 3ª 8.0 X 8.0 CM (LABOR)	M	021009	1,5	1	8,67	0,00	8,67	-	13,005
PREGO 18X27 (LABOR)	KG	026569	0,1875	1	14,83	0,00	14,83	-	2,781
SARRAFO DE MADEIRA PINUS 10 X 2.5CM (LABOR)	M	020985	1,1475	1	5,26	0,00	5,26	-	6,036
TABUA DE MADEIRA PINUS 30 X 2.5 CM (LABOR)	M	020988	1,2	1	14,32	0,00	14,32	-	17,184
Subtotal:									90,04

EQUIPAMENTO	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400L, CAPACIDADE UN DE MISTURA 280L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380V POTENCIA 2CV, SEM CARREGADOR (LABOR)	UN	081115	0,0000040	1	4.579,00	0,00	4.579,00	-	0,018
Subtotal:									0,02

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	63,95
Materiais (B)		90,04
Equipamentos (C)		0,02
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		63,97
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		63,97
Custo Direto Total (B+E)		154,01
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		154,01

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)		
Órgão Cliente: DER-ES	Órgão Gerente: DER-ES	Data Base: Abril/2024
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)		

RESUMO:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200702 - Piso quadra poliesp. fck=25MPa, esp.=10 cm, armado c/ tela Q138, concret camada única bombeável c/ brita n. 1, acab. sup. c/ rotoalisador, juntas c/ corte serra diamant. preench. c/ mastique, base 5cm solo brita 30% e resina endur

Unidade: m2

Base: LABOR

Código Base: 200702

Fonte: LABOR

Versão: 8

MÃO DE OBRA	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	010101	0,0946	1	7,46	0,00	19,19	-	1,815
ARMADOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010121	0,066	1	8,84	0,00	22,74	-	1,501
CARPINTEIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010111	0,0286	1	8,84	0,00	22,74	-	0,650
OPERADOR DE MAQUINAS AUXILIARES (OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I - SINDICOPES) (LABOR)	H	010157	0,0166666	1	9,61	0,00	24,72	-	0,412
PEDREIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010139	0,3034	1	8,84	0,00	22,74	-	6,899
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	0,4054	1	6,56	0,00	16,88	-	6,843
Subtotal:									18,12

MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
BOMBEAMENTO DE CONCRETO (LABOR)	M3	028001	0,105	1	55,00	0,00	55,00	-	5,775
CONCRETO USINADO FCK 25 MPA BRITA 0+1	M3	020567	0,111	1	538,50	0,00	538,50	-	59,774
ABATIMENTO 100 +/- 20MM (LABOR)									
CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA COMERCIAL, BAIXA TENSÃO CONSUMO ATE 100KWH, INCLUIDO ICMS, PIS/PASEP E CONFINS (LABOR)	KWH	049967	0,0125	1	0,89	0,00	0,89	-	0,011
DESMOLDANTE PARA FORMAS (LABOR)	L	028008	0,0088	1	19,83	0,00	19,83	-	0,175
GASOLINA COMUM (LABOR)	L	800102	0,0171666	1	6,09	0,00	6,09	-	0,105
LONA PLASTICA PRETA 80 MICRAS (LABOR)	M2	024116	1,2	1	0,99	0,00	0,99	-	1,188
MAQ. CORTAR ASFALTO/CONCRETO - REF TABELA SINAPI (LABOR)	H	950102	0,178	1	10,38	0,00	10,38	-	1,848
MAQUINA ELETRICA P/ POLIMENTO PISO - REF TAB SINAPI (LABOR)	H	950101	1,78	1	3,03	0,00	3,03	-	5,393
PREGO 18X27 (LABOR)	KG	026569	0,0033	1	14,83	0,00	14,83	-	0,049
SARRAFO DE MADEIRA PINUS 10 X 2.5CM (LABOR)	M	020985	0,011	1	5,26	0,00	5,26	-	0,058
SELANTE A BASE DE POLIURETANO SIKAFLEX UNIVERSAL OU EQUIVALENTE (CARTUCHO COM 300ML) (LABOR)	UN	029337	0,2966663	1	47,70	0,00	47,70	-	14,151
SOLO BRITA (LABOR)	M3	600327	0,07	1	134,44	0,00	134,44	-	9,411
TABUA DE MADEIRA PINUS 30 X 2.5 CM (LABOR)	M	020988	0,022	1	14,32	0,00	14,32	-	0,315
TELA SOLDADA EM AÇO TIPO TELCON Q-138 P/ ARMADURA (LABOR)	M2	021543	1,03	1	18,84	0,00	18,84	-	19,405
Subtotal:									117,66

EQUIPAMENTO	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCURSAO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS DE 4 HP (4 CV) (LABOR)	UND	081129	0,0000021	1	13.981,04	0,00	13.981,04	-	0,030
VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE *45* MM, COM MOTOR ELETRICO TRIFASICO DE 2 HP (2 CV) (LABOR)	UN	081121	0,0000025	1	3.202,60	0,00	3.202,60	-	0,008
Subtotal:									0,04

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	18,12
Materiais (B)		117,66
Equipamentos (C)		0,04
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		18,16
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		18,16
Custo Direto Total (B+E)		135,82
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		135,82



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
 Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200705 - Rede para voleibol com malha grossa, faixas de lona superior e inferior

Unidade: und

Base: LABOR

Código Base: 200705

Fonte: LABOR

Versão: 1

MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
REDE VOLEIBOL MALHA GROSSA, LONA SUP. E INFERIOR (LABOR)	UN	039115	1	1	268,85	0,00	268,85	-	268,850
Subtotal:									268,85

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	0,00
Materiais (B)		268,85
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		0,00
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		0,00
Custo Direto Total (B+E)		268,85
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		268,85



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200706 - Suporte para tabela de basquete de concreto armado Fck = 15MPa, inclusive forma, armação, lançamento e desforma

Unidade: und

Base: LABOR

Código Base: 200706

Fonte: LABOR

Versão: 3

MÃO DE OBRA	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	010101	22,684	1	7,46	0,00	19,19	-	435,306
ARMADOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010121	12,64	1	8,84	0,00	22,74	-	287,434
CARPINTEIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010111	10,044	1	8,84	0,00	22,74	-	228,401
PEDREIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010139	6,5	1	8,84	0,00	22,74	-	147,810
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	18,2	1	6,56	0,00	16,88	-	307,216
Subtotal:									1.406,17

MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
ACO CA-50 DE 8.0MM (LABOR)	KG	021517	181,7	1	6,75	0,00	6,75	-	1.226,475
ARAME RECOZIDO N.18 BWG (LABOR)	KG	027010	3,16	1	13,70	0,00	13,70	-	43,292
AREIA LAVADA MEDIA (LABOR)	M3	020503	0,8089	1	140,00	0,00	140,00	-	113,246
BRITA 1 (LABOR)	M3	020517	0,3419	1	163,20	0,00	163,20	-	55,798
BRITA 2 (LABOR)	M3	020518	0,7995	1	163,20	0,00	163,20	-	130,478
CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA ESP. 12MM (LABOR)	M2	021033	1,9344	1	49,86	0,00	49,86	-	96,449
CIMENTO PORTLAND CP III - 40 (LABOR)	KG	020508	442,26	1	0,56	0,00	0,56	-	247,666
CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA COMERCIAL, BAIXA TENSÃO CONSUMO ATÉ 100KWH, INCLUIDO ICMS, PIS/PASEP E CONFINS (LABOR)	KWH	049967	1,16025	1	0,89	0,00	0,89	-	1,033
PONTALETE DE MADEIRA BRUTA DE 3ª 8.0 X 8.0 CM (LABOR)	M	021009	8,928	1	8,67	0,00	8,67	-	77,406
PREGO 18X27 (LABOR)	KG	026569	1,86	1	14,83	0,00	14,83	-	27,584
SARRAFO DE MADEIRA PINUS 10 X 2.5CM (LABOR)	M	020985	11,3832	1	5,26	0,00	5,26	-	59,876
TABUA DE MADEIRA PINUS 30 X 2.5 CM (TAIPA DE 1ª) (LABOR)	M2	020987	2,6114	1	51,14	0,00	51,14	-	133,547
Subtotal:									2.212,85

EQUIPAMENTO	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400L, CAPACIDADE UN DE MISTURA 280L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380V POTENCIA 2CV, SEM CARREGADOR (LABOR)	UN	081115	0,0001280	1	4.579,00	0,00	4.579,00	-	0,587
Subtotal:									0,59

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	1.406,17
Materiais (B)		2.212,85
Equipamentos (C)		0,59
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		1.406,76
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		1.406,76
Custo Direto Total (B+E)		3.619,61
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		3.619,61

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)										
Órgão Cliente: DER-ES			Órgão Gerente: DER-ES				Data Base: Abril/2024			
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)										
Item: 200707 - Trave para futebol de salão de tubo de ferro galvanizado 3", com recuo, removível, dimensões oficiais 3x2m								Unidade: und		
Base: LABOR		Código Base: 200707			Fonte: LABOR			Versão: 2		
MATERIAL		Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
TRAVE P/ FUT SALAO 3,00X2,00M C/ RECUO FG D=3" (LABOR)		UN	039089	1	1	2.007,83	0,00	2.007,83	-	2.007,830
							Subtotal:		2.007,83	

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	0,00
Materiais (B)		2.007,83
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		0,00
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		0,00
Custo Direto Total (B+E)		2.007,83
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		2.007,83

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)										
Órgão Cliente: DER-ES			Órgão Gerente: DER-ES				Data Base: Abril/2024			
Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)										
Item: 200708 - Conjunto de poste de voleibol de tubo de ferro galvanizado 3"e parte móvel de 21/2", inclusive carretilha, furo com tubo de ferro galvanizado de 31/2"e tampão de furo								Unidade: und		
Base: LABOR		Código Base: 200708		Fonte: LABOR			Versão: 1			
MATERIAL		Unid.	Codigo	Coefic. C. Prod.		Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
POSTE VOLEIBOL FG D=2 1/2" C/ CARRETILHA E TAPPAO (LABOR)		CJ	039090	1 1		1.622,69	0,00	1.622,69	-	1.622,690
							Subtotal:		1.622,69	

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	0,00
Materiais (B)		1.622,69
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		0,00
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		0,00
Custo Direto Total (B+E)		1.622,69
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		1.622,69



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200709 - Tabela de basquete de madeira, com aro, inclusive colocação

Unidade: und

Base: LABOR

Código Base: 200709

Fonte: LABOR

Versão: 1

MÃO DE OBRA	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	010101	2,125	1	7,46	0,00	19,19	-	40,779
CARPINTEIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010111	2	1	8,84	0,00	22,74	-	45,480
PINTOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010140	0,75	1	8,84	0,00	22,74	-	17,055
Subtotal:									103,31

MATERIAL	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
ABRACADEIRA EM ACO GALV. P/ AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO "U" SIMPLES - 1.1/2" (LABOR)	UN	048538	4	1	1,45	0,00	1,45	-	5,800
AGUARRAS MINERAL (LABOR)	L	038001	0,17	1	16,71	0,00	16,71	-	2,841
ARO EM METAL PARA BASQUETE (LABOR)	UN	026506	1	1	279,66	0,00	279,66	-	279,660
CESTA PARA ARO DE BASQUETE (LABOR)	UN	039114	1	1	43,93	0,00	43,93	-	43,930
CHAPA COMPENSADO NAVAL ESP. 15 MM, DIM. 2.20 X 1.60 M (LABOR)	FL	021028	1	1	226,80	0,00	226,80	-	226,800
ESMALTE SINTETICO BRANCO FOSCO - LINHA PREMIUM (LABOR)	L	037502	0,7	1	43,35	0,00	43,35	-	30,345
FUNDO BRANCO FOSCO NIVELADOR P/ MADEIRAS (LABOR)	L	038006	0,6	1	38,89	0,00	38,89	-	23,334
LIXA PARA MADEIRA/MASSA Nº 150 (LABOR)	UN	038013	1,73	1	0,91	0,00	0,91	-	1,574
PARAFUSO SEXTAVADO COM PORCA E ARRUELA 3/8" X 11/2" - ZINCADO (LABOR)	UN	026607	8	1	1,71	0,00	1,71	-	13,680
PREGO 15X15 (LABOR)	KG	026566	0,2	1	16,52	0,00	16,52	-	3,304
TABUA EM MADEIRA DE LEI DE 20 CM DE LARGURA (LABOR)	M	021108	2,4	1	69,17	0,00	69,17	-	166,008
TUBO DE ACO GALVANIZADO 48,30 X 3,00MM (1 1/2") LEVE (LABOR)	M	060505	2,2	1	48,82	0,00	48,82	-	107,404
Subtotal:									904,68

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	103,31
Materiais (B)		904,68
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		103,31
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		103,31
Custo Direto Total (B+E)		1.007,99
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		1.007,99



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200713 - Rede para futebol de salão

Unidade: und

Base: LABOR

Código Base: 200713

Fonte: LABOR

Versão: 1

MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
REDE COM MALHA GROSSA PARA TRAVE DE FUTEBOL UN		039113	1	1	152,74	0,00	152,74	-	152,740
SALAO (LABOR)									
Subtotal:									152,74

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	0,00
Materiais (B)		152,74
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		0,00
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		0,00
Custo Direto Total (B+E)		152,74
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		152,74



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
 Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 200714 - Preparo, regularização e compactação do terreno (compactador manual) para execução de piso de quadra

Unidade: m2

Base: LABOR

Código Base: 200714

Fonte: LABOR

Versão: 2

MÃO DE OBRA	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
OPERADOR DE MAQUINAS AUXILIARES (OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I - SINDICOPES) (LABOR)	H	010157	0,1	1	9,61	0,00	24,72	-	2,472
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	0,8	1	6,56	0,00	16,88	-	13,504
Subtotal:									15,98
MATERIAL	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
GASOLINA COMUM (LABOR)	L	800102	0,103	1	6,09	0,00	6,09	-	0,627
Subtotal:									0,63
EQUIPAMENTO	Unid.	Codigo	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCURSAO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS DE 4 HP (4 CV) (LABOR)	UND	081129	0,0000127	1	13.981,04	0,00	13.981,04	-	0,178
Subtotal:									0,18

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	15,98
Materiais (B)		0,63
Equipamentos (C)		0,18
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		16,16
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		16,16
Custo Direto Total (B+E)		16,79
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		16,79



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 210304 - Banco de concreto armado aparente Fck=15 MPa, com apoios de concreto, largura de 45cm, espessura de 7cm e altura de 45cm **Unidade:** m

Base: LABOR

Código Base: 210304

Fonte: LABOR

Versão: 3

MÃO DE OBRA	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
AJUDANTE (AJUDANTE PRATICO - SINDUSCON) (LABOR)	H	010101	1,734	1	7,46	0,00	19,19	-	33,275
ARMADOR (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010121	0,384	1	8,84	0,00	22,74	-	8,732
CARPINTEIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010111	1,35	1	8,84	0,00	22,74	-	30,699
PEDREIRO (OFICIAL - SINDUSCON) (LABOR)	H	010139	0,3245	1	8,84	0,00	22,74	-	7,379
SERVENTE (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	0,96185	1	6,56	0,00	16,88	-	16,236
Subtotal:									96,32

MATERIAL	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
ACO CA-50 DE 8.0MM (LABOR)	KG	021517	5,52	1	6,75	0,00	6,75	-	37,260
ARAME RECOZIDO N.18 BWG (LABOR)	KG	027010	0,096	1	13,70	0,00	13,70	-	1,315
AREIA LAVADA MEDIA (LABOR)	M3	020503	0,046436	1	140,00	0,00	140,00	-	6,501
BRITA 1 (LABOR)	M3	020517	0,018776	1	163,20	0,00	163,20	-	3,064
BRITA 2 (LABOR)	M3	020518	0,043905	1	163,20	0,00	163,20	-	7,165
CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA ESP. 12MM (LABOR)	M2	021033	0,26	1	49,86	0,00	49,86	-	12,964
CIMENTO PORTLAND CP III - 40 (LABOR)	KG	020508	22,07898	1	0,56	0,00	0,56	-	12,364
CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA COMERCIAL, BAIXA TENSÃO CONSUMO ATÉ 100KWH, INCLUIDO ICMS, PIS/PASEP E CONFINS (LABOR)	KWH	049967	0,0579237	1	0,89	0,00	0,89	-	0,052
PONTELETE DE MADEIRA BRUTA DE 3ª 8.0 X 8.0 CM (LABOR)	M	021009	1,2	1	8,67	0,00	8,67	-	10,404
PREGO 18X27 (LABOR)	KG	026569	0,25	1	14,83	0,00	14,83	-	3,708
SARRAFO DE MADEIRA PINUS 10 X 2.5CM (LABOR)	M	020985	1,53	1	5,26	0,00	5,26	-	8,048
TABUA DE MADEIRA PINUS 30 X 2.5 CM (LABOR)	M	020988	1,17	1	14,32	0,00	14,32	-	16,754
Subtotal:									119,60

EQUIPAMENTO	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400L, CAPACIDADE DE MISTURA 280L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380V POTENCIA 2CV, SEM CARREGADOR (LABOR)	UN	081115	0,0000063	1	4.579,00	0,00	4.579,00	-	0,029
Subtotal:									0,03

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	96,32
Materiais (B)		119,60
Equipamentos (C)		0,03
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		96,35
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		96,35
Custo Direto Total (B+E)		215,95
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		215,95



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI
 Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES
Relatório de Composição de Preços Unitários do Orçamento

Orçamento: 1459001 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Órgão Cliente: DER-ES

Órgão Gerente: DER-ES

Data Base: Abril/2024

Planilha: 1 - TABELA CUSTOS LABOR/CT-UFES PADRÃO DER-ES ABRIL/2024(LS=157,27; BDI=0%)

Item: 020339 - Locação de andaime metálico para trabalho em fachada de edifício (aluguel de 1 m² por 1 mês) inclusive frete, montagem e desmontagem **Unidade:** m2

Base: LABOR

Código Base: 020339

Fonte: LABOR

Versão: 1

MÃO DE OBRA	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
MONTADOR (SINTRACONST) (LABOR)	H	010130	0,08	1	13,22	0,00	34,01	-	2,721
SERVEnte (AUXILIAR DE OBRAS - SINDUSCON) (LABOR)	H	010146	0,16	1	6,56	0,00	16,88	-	2,701
Subtotal:									5,42

MATERIAL	Unid.	Código	Coefic.	C. Prod.	Pr. Prod.	Pr. Improd.	Pr. Unit.	Fator Ac.	Subtotal
ANDAIME PARA FACHADA (LOCAÇÃO MENSAL) (LABOR)	M2	021211	1,03	1	15,56	0,00	15,56	-	16,027
Subtotal:									16,03

RESUMO:

DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)	VALORES
Mão-de-Obra (A)	157,27%	5,42
Materiais (B)		16,03
Equipamentos (C)		0,00
Produção da Equipe (D)		1,00
Custo Horário Total (A+C)		5,42
Custo Unitário da Execução [(A/D) + (C/D)] = E		5,42
Custo Direto Total (B+E)		21,45
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI	0%	0,00
CUSTO UNITÁRIO (Adotado)		21,45

Documento assinado digitalmente




RAFAEL RAPOZO BERNARDES
 Data: 08/07/2024 16:46:01-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Rapozo Bernardes


Crea-RJ 2016121331

Visto ES 20160886

<div><div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ</div><div>ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</div></div></div>							
OBRA: CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ							
LOCAL: AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, CENTRO - MUNICÍPIO DE APIACÁ / ES							
COMPOSIÇÃO DE PREÇO AUXILIAR							
Item 1 SUBTOTAL							Unidade
1.5 Administração do canteiro de obra							UND
CÓDIGO	1 - MÃO DE OBRA	UNID.	COEFICIENTE	P. UNITÁRIO	TOTAL PARCIAL	QUANTIDADE (H)	TOTAL
90778 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,835	131,48	109,79	52,00	5.709,08
90776 SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,505	39,83	99,77	180,00	17.958,60
TOTAL A							23.667,68
RESUMO							
DISCRIMINAÇÃO		TAXA		VALORES			
MÃO DE OBRA (TOTAL A)				23.667,68			
MATERIAIS (TOTAL B)				-			
EQUIPAMENTOS (TOTAL C)				-			
SUBTOTAL SEM BDI				23.667,68			
BDI ADERIDO		23,32%		5.519,30			
ENCARGOS SOCIAIS ADERIDO							
SUBTOTAL				5.519,30			
TOTAL				29.186,98			

Apiacá-ES, 22 de abril de 2024

Documento assinado digitalmente

RAFAEL RAPOZO BERNARDES
Data: 22/04/2024 16:34:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rafael Rapozo Bernardes
CREA-RJ-2016121331/D
Visto-ES-20160886



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro – Apiacá-ES - CEP: 29.450-000 ☎ (28) 3557-1300

Setor de Compras, Licitações e Contratos



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

ANEXO IX

MEMORIAL DE CÁLCULO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRA:		CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ			
LOCAL:		AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, CENTRO - MUNICÍPIO DE APIACÁ / ES			
MEMÓRIA DE CÁLCULO					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	CÁLCULO
1		CANTEIRO DE OBRAS			
1.1	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	8,00	4,00 x 2,00 = 8,00m²
1.2	104895	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_01/2024_PE	m²	10,90	3,633 x 3,00 = 10,90m²
1.3	020339 DER-ES	Locação de andaime metálico para trabalho em fachada de edifício (aluguel de 1 m² por 1 mês) inclusive frete, montagem e desmontagem	m²	10,00	2,00 x 5,00= 10,00m²
1.4	104897	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRAS, FORA DA PROJEÇÃO DA LAJE, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_01/2024_PE	m²	10,90	3,633 x 3,00 = 10,90m²
1.5	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m²	84,40	(20,10 + 22,10) x 2,00 = 84,40m²
2		MURO			
2.1	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_06/2017	m³	14,56	1,10 x 1,10 x 1,50= 1,82m³ x 8 pilares= 14,56 m³
2.2	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	8,74	14,56 x 0,60= 8,74 m³
2.3	94966	CONCRETO FCK = 30MPa, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	5,46	
		SAPATA		1,92	1,10 x 1,10 x 0,20= 0,24 x 8 pilares= 1,92 m³
		PILARETE		0,54	1,50 x 0,15 x 0,30= 0,068 x 8 pilares= 0,54 m³
		VIGA BALDRAME		1,15	25,60 x 0,15 x 0,30= 1,15 m³
		VIGA		1,15	25,60 x 0,15 x 0,30= 1,15 m³
		PILARES		0,70	1,93 x 0,15 x 0,30= 0,087 x 8 pilares= 0,70 m³
2.4	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	kg	9,87	
		SAPATA		9,87	1,10/0,20= 1,00 x 1,00= 1,00 x 8 pilares x 2 lados= 16,00 m 16,00 x 0,617= 9,87 kg
2.5	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	194,09	
		PILARETE		29,62	1,50 x 4 varas= 6,00 x 8 pilares= 48,00m x 0,617= 29,62 kg
		VIGA BALDRAME		63,18	25,60 x 4 varas= 102,40 m x 0,617= 63,18 kg
		VIGA		63,18	25,60 x 4 varas= 102,40 m x 0,617= 63,18 kg
		PILARES		38,11	1,93 x 4 varas= 7,72 x 8 pilares= 61,76 m x 0,617= 38,11 kg
2.6	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	81,00	
		PILARETE		12,32	1,50/0,15= 10 varas x 1,00m (0,30+0,30+0,15+0,15+0,05+0,05)= 10,00m x 8 pilares= 80,00m x 0,154= 12,32 kg
		VIGA BALDRAME		26,33	25,60/0,15= 171 varas x 1,00m (0,30+0,30+0,15+0,15+0,05+0,05)= 171,00 m x 0,154= 26,33 kg
		VIGA		26,33	25,60/0,15= 171 varas x 1,00m (0,30+0,30+0,15+0,15+0,05+0,05)= 171,00 m x 0,154= 26,33 kg
		PILARES		16,02	1,93/0,15= 13 varas x 1,00m (0,30+0,30+0,15+0,15+0,05+0,05)= 13,00m x 8 pilares= 104,00m x 0,154= 16,02 kg
2.7	103357	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X29 CM (ESPESURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	37,80	3,31 x 1,63 = 5,40m² x 7 vãos= 37,80m²
3		PISOS			
3.1	COMP. 01	Piso quadra poliesp. fck=25MPa, esp.=10 cm, armado c/ tela Q138, concret camada única bombeável c/ brita n. 1, acab. sup. c/ rotoalisador, juntas c/ corte serra diamant. preench. c/ mastique, base 5cm solo brita 30% e resina endur	m²	385,28	25,60 x 15,05 = 385,28 m²
3.2	200702	Piso quadra poliesp. fck=25MPa, esp.=10 cm, armado c/ tela Q138, concret camada única bombeável c/ brita n. 1, acab. sup. c/ rotoalisador, juntas c/ corte serra diamant. preench. c/ mastique, base 5cm solo brita 30% e resina endur	m²	64,00	25,60 x 2,50 = 64,00 m²
3.3	200714 DER-ES	Preparo, regularização e compactação do terreno (compactador manual) para execução de piso de quadra	m²	64,00	2,50m x 25,60m= 64,00 m²
3.4	94965	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	3,60	
		VIGA BALDRAME		3,60	17,20+17,20+25,60= 60,00m 60,00 x 0,20 x 0,30= 3,60m³



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRA: CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ

LOCAL: AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, CENTRO - MUNICÍPIO DE APIACÁ / ES

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	CÁLCULO
3.5	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	148,08	60,00 x 4 varas= 240,00m x 0,617= 148,08 kg
3.6	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	50,82	60,00/0,20= 300 estribos x 1,10m(0,30+0,30+0,20+0,20+0,05+0,05)= 330,00m x 0,154= 50,82 kg
4		PINTURA INICIAL			
4.1	98547	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_06/2018	m²	28,80	
		MURO		28,80	28,80 x 1,00= 28,80
5		INSTALAÇÕES ELÉTRICA INICIAL			
5.1	101499	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, BIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 25 MM² E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	und.	1,00	1 unidade
5.2	97359	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA COM 8 MEDIDORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	und.	1,00	1 unidade
5.3	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	und.	3,00	3 unidades
5.4	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	321,30	107,10 x 3,00= 321,30 m
5.5	91873	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	107,10	23,60+4,50+4,50+1,50+0,90+2,90+2,90+14,80+4,00+4,00+4,00+2,45+21,15+6,50+6,50= 107,10 m
5.6	151802 DER-ES	Ponto padrão de luz na parede - considerando eletroduto PVC rígido de 3/4" inclusive conexões (4.5m), fio isolado PVC de 2.5mm² (16.2m) e caixa pvc 4x2" (1 und)	und.	14,00	14 unidades
6		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS INICIAL			
6.1	95635	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM PVC SOLDÁVEL DN 25 (3/4") FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_11/2016	und.	1,00	1 unidade
6.2	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	m	3,50	2,50 m + 1,00= 3,50 m
7		PINTURA FINAL			
7.1	102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m	315,00	(16,00 x 2) + (22,29 x 4) + (14,00) + (9,00 x 4) + (13,29 x 2) + (11,00 x 2) + (4,00 x 4) + (5,92 x 4) + (3,60 x 2) + (11,31 x 2) + 16,34 + 9,42= 315,00
7.2	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSIVE PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	m²	433,44	25,20 x 17,20= 433,44 m²
7.3	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_06/2014	m²	91,58	
		MURO		55,58	28,80 x 1,93= 55,58
		VIGA DA QUADRA		36,00	60,00 X (0,20+0,20+0,20)= 36,00
7.4	88423	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_06/2014	m²	91,58	
		MURO		55,58	28,80 x 1,93= 55,58
		VIGA DA QUADRA		36,00	60,00 X (0,20+0,20+0,20)= 36,00
7.5	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	55,58	
		MURO		55,58	28,80 x 1,93= 55,58
7.6	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	55,58	
		MURO		55,58	28,80 x 1,93= 55,58
7.7	102491	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	1,88	1,25 x 1,00= 1,25 m² 1,25 x 0,50= 0,63 m² Total= 1,88 m²
8		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS FINAL			
8.1	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und.	1,00	1 unidade
8.2	071105 DER-ES	Grade de ferro em barra chata, inclusive chumbamento	m²	0,12	0,30 x 0,40= 0,12 m²
8.3	95675	HIDRÔMETRO DN 3/4", 5,0 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2024	und.	1,00	1 unidade
9		INSTALAÇÕES ELÉTRICA FINAL			
9.1	97601	REFLETOR RETANGULAR FECHADO, COM LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	und.	14,00	14 unidades
10		CALÇADA			
10.1	93680	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	147,87	conforme prancha 02
10.2	94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	0,19	1,25 x 1,00 x 0,15= 0,19/ 2= 0,095 0,50 x 1,25 x 0,15= 0,095 Total= 0,095 + 0,095= 0,19 m³
		RAMPA			1,25 x 1,00 x 0,15= 0,19/ 2= 0,095 0,50 x 1,25 x 0,15= 0,095 Total= 0,095 + 0,095= 0,19 m³
10.3	92769	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022 - RAMPA	kg	6,10	1,50/0,20= 8 varas x 1,45= 11,60m 1,25/0,20= 7 varas x 1,90= 13,30m 24,90m x 0,245= 6,10 kg
11		SERVIÇOS COMPLEMENTARES			
11.1	200707 DER-ES	Trave para futebol de salão de tubo de ferro galvanizado 3", com recuo, removível, dimensões oficiais 3x2m	und.	2,00	2 unidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRA:		CONSTRUÇÃO DA QUADRA NO MUNICÍPIO DE APIACÁ			
LOCAL:		AVENIDA CAROLINA SILVEIRA, CENTRO - MUNICÍPIO DE APIACÁ / ES			
MEMÓRIA DE CÁLCULO					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	CÁLCULO
11.2	200713 DER-ES	Rede para futebol de salão	und.	2,00	2 unidades
11.3	200709 DER-ES	Tabela de basquete de madeira, com aro, inclusive colocação	und.	2,00	2 unidades
11.4	200706 DER-ES	Suporte para tabela de basquete de concreto armado Fck = 15MPa, inclusive forma, armação, lançamento e desforma	und.	2,00	2 unidades
11.5	200708 DER-ES	Conjunto de poste de voleibol de tubo de ferro galvanizado 3"e parte móvel de 21/2", inclusive carretilha, furo com tubo de ferro galvanizado de 31/2"e tampão de furo	und.	1,00	1 unidade
11.6	210304 DER-ES	Banco de concreto armado aparente Fck=15 MPa, com apoios de concreto, largura de 45cm, espessura de 7cm e altura de 45cm	m	3,78	1,89m x 2 und= 3,78m
11.7	103314	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	42,00	5,00 x 2,80 x 3 und= 42,00 m²
11.8	200101 DER-ES	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ½), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 14 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m²	484,45	
		ALAMBRADO		441,19	(19,60 + 17,40 + 25,60 x (5,50) + (25,60 x 3,57) + (2,20 x 2,50)= 441,19
		GRADES DA QUADRA		36,00	[(1,00 X 0,90 X 2 lados) + (0,45 x 0,90 x 2 lados) + (0,45 x 1,00 x 2 lados)] x 4 unidades = 36,00
		GRADES DOS PERGOLADOS		7,26	[(0,50 X 0,45 X 2 lados) + (0,40 x 0,45 x 2 lados) + (0,40 x 0,50 x 2 lados)] x 6 unidades = 7,26
11.9	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	m²	4,94	2,00 x 0,823 x 3 und. = 4,94 m²
11.10	200511 DER-ES	Banco de concreto aparente com tampo de 40x40x5 cm e base de 20x20x36 cm para mesa de jogos, conforme detalhe em projeto	und.	16,00	16 unidades
11.11	200512 DER-ES	Mesa de concreto aparente com tampo de 60x60x5 cm, base de 30x30x75 cm e tabuleiro 40x40cm embutido no concreto, feito com pastilhas de mármore branco e granito preto de 5x5x2cm conf. Projeto	und.	4,00	4 unidades
11.12	200705 DER-ES	Rede para voleibol com malha grossa, faixas de lona superior e inferior	und.	1,00	1 unidade
12		ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
12.1	CPA	Administração Local	vb.	1,00	1 unidade

Apiacá-ES, 22 de abril de 2024

Rafael Rapozo Bernardes
CREA-RJ-2016121331/D
Visto-ES-20160886